

RECENSÕES

CHRISTOPH PETRUCK — *Sprachregister und Pronominalgebrauch im Portugiesischen*, Münster, Kleinheinrich [Münstersche Beiträge zur romanischen Philologie, 1], 1989, X-296 pp.

0. O trabalho começa com o índice (pp. i-vi), um ante-fácio (p. viii) e a lista das abreviaturas (p. ix), desenvolvendo-se depois por sete capítulos, que vão desde a apresentação do tema, do instrumentário teórico e do corpus até à aplicação concreta aos dados seleccionados.

1. Dada a importância do tema «linguística das variedades» na romanística actual, como pode ver-se, por exemplo, pela obra de Peter Koch e Wulf Osterreicher (1990), dedicadas à linguagem falada do francês, italiano e espanhol, e dada a ausência de obras continuadas no âmbito do português e para o mesmo tema, irei não apenas mencionar os grandes temas da obra, mas deter-me um pouco mais na sua leitura.

1.1. No primeiro capítulo — *justificação e delimitação do tema* (pp. 1-9) — P. justifica a escolha do tema, por um lado, pela importância do português no mundo e pela ausência de grandes estudos sobre o português — se compararmos os estudos feitos sobre esta língua com os de outras grandes línguas, e, por outro lado, dada a homogeneidade diatópica à volta da variação diastrática e diafrásica. O A. afirma que o uso do pronome português representa uma marca diferenciadora diastrática e diafasicamente e, embora reconhecendo a pertinência do tema na comparação do uso pronominal Brasil-Portugal, se limita essencialmente ao português lusitano. P. apresenta como linha norteadora, no quadro da relação diastrático-diafásica, o conceito de registo (=a unidade constituída pelos sociolectos e estilos situativos (p. 7), levando ao estabelecimento de feixes de isoglossas).

1.2. No segundo capítulo — *reflexões teóricas* (pp. 10-25) —, o A. procede a uma primeira caracterização dos pronomes em questão, mais precisamente, os pronomes sujeito (pp. 10-14), cuja função considera como sendo a de «substantivos pessoais», pois como «índices pessoais» têm basicamente uma função enfática e são postos em confronto, juntamente com os pronomes demonstrativos, com os chamados «substantivos gerais» — os substantivos de grande extensão e de muito pequena compreensão; quanto aos pronomes objecto (pp. 14-16), limita-se aos clíticos e dá particular relevância à forma «se».

P. estabelece como modelo de variação pronominal (pp. 16-25) e tendo em conta o registo — a confluência das variantes diafásicas e diastráticas — e a norma (ou norma social dentro do sistema) uma variação assimétrica, onde integra a variante formal e a variante informal relativamente aos estratos sociais (alto, médio e baixo) e aos códigos escrito e oral. Daqui resulta uma tripartição: registo informal oral, registo formal oral e registo formal escrito, distribuído essencialmente pelos estratos mais baixo e estrato social elevado ou médio, respectivamente (pp. 18 e ss.).

1.3. No terceiro capítulo — *método* (pp. 26-51) — faz-se a apresentação dos «corpora» utilizados, do processo usado para as gravações dos textos, do género de pessoas inquiridas, da transcrição, etc. (pp. 31-37). O A. marca com particular insistência a maior relevância dada ao estilo informal oral e à procura de autenticidade no estabelecimento dos textos, partindo da criação de condições supostas óptimas para as gravações (p. 28) e, por outro lado, a multiplicação de textos falados (ao todo, foram gravadas 89 conversas (p. 33)). Escolhe a zona de Coimbra — cidade situada entre o Norte e o Sul linguísticos — como região privilegiada para proceder às gravações (p. 34). Como não inclui, na dissertação, o corpus global, o A. documenta o perfil do «corpus oral» (pp. 37-46) — indicando-se as características do falante, as condições da gravação (local, etc.), as respectivas médias de frequência (variância quantitativa), etc., e do «corpus escrito» (pp. 48-49), com as indicações da obra analisada, da frequência e o enquadramento em registo formal ou informal, etc.

1.4. No capítulo quarto — *caracterização dos registos por meio de traços diferentes dos do domínio pronominal* (pp. 52-90) — o A. caracteriza, com dados morfológicos e sintácticos ocorrendo nos mesmos textos que serviram para documentar o uso dos pronomes, os registos informal oral, formal oral e formal escrito, sobretudo o primeiro, por ser o registo que mais se afasta da norma (p. 52).

Assim, o *registo informal oral* é caracterizado pela «parataxe», conseguida pela ausência das conjunções subordinadas (pp. 53-61), a que chama «sintaxe livre» (p. 55), e em que as relações lógicas expressas no registo formal pelas subordinadas ficam aqui seriadas parataxicamente; é ainda caracterizado pelo uso coordenativo de «*que*» causal (pp. 58-61). Por outro lado, a hipotaxe usada neste registo tem especificidades (pp. 62-73), nomeadamente no uso de pronomes relativos «estereotipo» — os chamados tradicionalmente «representativos». Aliás todos os processos enumerados podem ser considerados, segundo o A., como processos de enfatização próprios para a expressão da subjectividade. É ainda característico deste registo o uso de determinadas formas verbais, como a generalização expressiva do «ângulo de visão» (pp. 76-78) — abrange construções do tipo *estar a fazer* —, a pouca frequência do futuro simples (pp. 78-83), e, quando ocorre, vem modalmente marcado, assim como a substituição do condicional pelo imperfeito do indicativo (pp. 83-85).

Este capítulo termina (pp. 86-90) com a delimitação dos registos por meio de isoglossas estilísticas: oral vs. escrito ou informal vs. formal? Segundo

o A., a delimitação por meio de isoglossas faz-se sobretudo entre o registo formal e informal, enquanto a distinção oralidade-escrita é menos marcada. Daqui resulta, com base no feixe de isoglossas estilísticas, a referida tripartição: informal oral, por um lado, e, por outro lado, formal oral e formal escrito.

1.5. No capítulo quinto — *a variância dos registos específicos no uso dos elementos do inventário pronominal* (pp. 91-190) — faz-se a aplicação fundamental em relação ao uso dos pronomes. P. parte do pressuposto de que o registo informal oral é não só caracterizado, em relação aos outros registos, pelo uso dos pronomes da 1.^a e 2.^a pessoas, como também por outros traços estilísticos (p. 91). A distribuição do corpus pelos três registos é muito desigual: o informal oral conta com cerca de 13 000 palavras de texto, enquanto os dois registos restantes são suportados por cerca de 30 000 ou 38 000 palavras de texto (p. 92). Os textos do registo informal oral foram ordenados em seis grupos de acordo com aquilo a que o A. chama *progressão de formalidade*, mais precisamente segundo a percentagem de presença, nos textos, de marcadores de subordinação na próclise definidora da sínclise condicionada sintacticamente («nach der prozentualen Anteiligkeit von der Nebensatzmarkierung dienender Proklise an den syntaktisch bedingter OP-Synclisen der Einzeiltexte» (p. 93)).

P. apresenta seguidamente a frequência dos pronomes sujeito (em que inclui também os pronomes demonstrativos), proporcionalmente a 100 palavras de texto, comparando essa frequência nos três registos (pp. 95-102). A caracterização seguinte é feita em ordem a mostrar a «correlação de subjectividade», ou a presença da 1.^a pessoa no estilo informal oral (pp. 103-124): em primeiro lugar, estabelecendo a ocorrência de «eu» e os restantes pronomes sujeitos (pp. 103-106), a ocorrência e não ocorrência do pronome sujeito da 1.^a pessoa (pp. 106-107); depois, a ocorrência de «me» e dos restantes pronomes complemento, por um lado, e, por outro lado, a ocorrência de «me» em 100 palavras do texto (pp. 108-110). Esta ocorrência dominante de «eu» equivale a uma *differentiation of self* reduzida (pp. 111-114). Procede à comparação, segundo os critérios usados para a 1.^a pessoa, entre a ocorrência de «eu» e «tu», em ordem ao estabelecimento da «correlation de subjectivité» (pp. 114-124) e, dentro do mesmo prisma, estabelece a relação entre a ocorrência de «tu» e «você» (no português de Portugal) (pp. 125-131).

O A. apresenta a 4.^a pessoa — *nós* | *nos* — como o traço característico do registo formal oral (pp. 132-140): este pronome soma ao «eu» uma globalidade indistinta de pessoas (p. 133). Com base no critério da ocorrência ou não ocorrência de *nós* por 100 palavras de texto, mostra o autor que a tematização deste pronome, mais do que delimitar o estilo formal do informal, delimita sobretudo os registos formais: o oral e o escrito (p. 133), concluindo daí que a 4.^a pessoa tem no estilo formal uma função integrativa mais marcante do que no estilo formal escrito («etwa im Sinne von *wir und nicht die anderen*» (p. 137)). Neste contexto apresenta também a frequência e a correspondente explicação do chamado «plural de modéstia» (p. 140).

A comparação entre a ocorrência da 4.^a pessoa (*nós*) e *a gente* (pp. 140-151), em que se inclui também o confronto entre a concordância ad sensum

de *a gente* (*a gente fala vs. a gente falamos*) (pp. 140-141). mostra que a ocorrência de *a gente* (no sentido de: «*unsereiner, Leute, die sich in unserer Situationen befinden*») é um traço característico do estilo informal oral («Die Wahl von *a gente* an Stelle von *nós* ist ... Ausdruck des verstärkten Expressivitätsbedürfnisses, welches das i[informelles] o[rales] R[egister] bestimmt» (p. 150)).

O uso comparativo nos três registos do pronome da 3.^a pessoa, como relação com o mundo e com o substituto abreviativo (pp. 152-166), vem pôr a nu a «*corrélation de subjectivité*» com a «*corrélation de personnalité*» (p. 152) e mostrar que a função deste pronome na constituição da objectividade é complexa: este pronome tem a maior ocorrência nos textos de registo informal oral.

O A. dedica um sub-capítulo à «concorrência de *ele* com *o gajo*» (pp. 167-190), em que acentua, no registo informal oral, a «não especificidade semântica de *o gajo* equivalendo a *qualquer homem* (p. 170) e, após um breve excuro sobre a etimologia de *gajo* (pp. 170-174), a gramaticalização parcial de *gajo*, pela não inclusão no lexema do valor conotativo negativo e pela inclusão apenas do valor expressivo do vocábulo, conservando, contudo, a valor lexical nos registos em que exista «formalidade» (pp. 174-178); no domínio das marcas da indeterminação, estabelece ainda um confronto entre *o gajo* — a expressão privilegiada no registo informal oral — e *se* — a forma usada nos outros registos (pp. 180-184); por outro lado, a palavra *gajo* permanece como marcador semântico de classes, como acontece com o *pidgin* (pp. 186-190): esvaziamento da especificidade semântica da palavra, a aquisição de valor dum pronome enfático e de suporte substantivo para a concretização de adjetivos. Este valor é equivalente a *mec* (fr.), *o cara* (br.), *chap, guy e fellow* (ingl.) (pp. 186 ss.).

1.6. O capítulo 6.^o é dedicado ao tratamento das «classes de subtítulos específicos dos registos» (pp. 191-215), em que o A. demonstra com a quantificação a verdade da afirmação de Harri Meier acerca do uso dos pronomes pessoais (conjuntos e absolutos), quer em relação a coisas quer a pessoas (p. 201).

O problema posto anda à volta do uso ou não uso dos pronomes pessoais referidos a coisas e a pessoas e a teoria de Thun (cit. pp. 191-192), que distingue, na România, uma zona de tolerância e uma zona central sensível aos substitutos do ILLE (It.) quando em construção preposicional. Mais concretamente, toma como ponto de partida a seguinte posição de Thun (p. 192): «Werden die sachbezogene Personalpronomina der 3. Person noch seltener verwendet als die menschenbezogen, weil für erstere im gewöhnlichen Alltag einfach weniger Bedarf besteht als für letztere?».

O A. distingue, no Registo formal escrito e na designação com o traço [+Humano], entre as designações de indivíduos abstractos ou colectivos e os indivíduos históricos e, relativamente a estes últimos e no Registo formal escrito, não há substitutos do pronome «*ele*» (p. 194). Considera ainda o uso do pronome pessoal tipo «*ele*» como um traço característico do Registo informal oral quando referido a pessoas (pp. 198 ss.) em oposição ao seu uso (=não uso)

em referência temática a coisas. Nos registos formais há efectivamente a supra-mencionada tolerância quanto ao uso de «ele», quer referido a coisas, quer a pessoas. O uso de pronomes tipo «ele» para a designação de pessoas, no Registo informal oral, corresponde à «*corrélacion de subjectivité*» ou concretização do individualizável (p. 204). A mesma reflexão feita quanto ao uso de substitutos tipo «ele» vale para o tipo «por ele» (pp. 205-208): aqui a individualização de coisas (como se de pessoas se tratasse) ganha relevância especial, em função do «eu» que comanda o discurso. O A. aceita a proposta de Thun — o português como zona de tolerância quanto ao uso dos pronomes — mas para os registos formais. Finalmente considera o uso de «eles» catafórico como característico do Registo informal oral (pp. 212-215).

1.7. O capítulo sétimo é dedicado à «*variação nos Registos da colocação dos pronomes átonos*» (pp. 216-276), em que, antes de expor o problema da colocação dos pronomes no português lusitano e brasileiro, o A. faz uma breve leitura histórica do problema e da sua possível explicação (pp. 216-226) e pretende desde logo dar lugar à função de «*realce*» na colocação dos pronomes. Faz depois o levantamento das marcas na colocação dos pronomes átonos: a próclise no subordinante e subordinada (pp. 227 e ss.), a neutralização da marca posicional dos pronomes na própria subordinante (desde que estejam envolvidos determinados advérbios), nas coordenadas («*orações alternativas*»: p. 230), nos casos em que a oração principal vem em segundo lugar (p. 231), para concluir que a percentagem de emprego da próclise em vez da sínclise — uso motivado sintacticamente — é menor para o registo informal oral e maior quer para o registo formal oral (a maior percentagem) quer para o registo formal escrito (pp. 233-236). Estabelece ainda a comparação do emprego de «*se*» indeterminado ou apassivador pelos registos formais e informais, em que nos registos formais (e sobretudo no formal oral) a frequência é maior (pp. 236-242).

P. tenta, e isto para os vários registos, dar uma explicação semântica — sobretudo na perspetiva funcional ou perspectiva frásica (tema-rema, foco, etc.) para a colocação dos pronomes complemento com formas verbais simples (pp. 243-263), reportando-se a casos como o escopo da negação, quando anteposta ao verbo, e de outros advérbios como *então*, *depois*, *até*, *também*, *já*, *só*, advérbios de lugar, ou expressões adverbiais como *ainda por cima* e *por acaso*, *já agora* e *já que*, *por isso*, expressões indefinidas, grupos substantivais e pronomes demonstrativos.

O A. termina o capítulo referindo algumas particularidades da colocação dos pronomes complemento nas formas verbais compostas e em relação aos vários registos (pp. 264-276), tanto em orações principais como subordinadas e tendo em conta os elementos que costumam provocar a próclise dos pronomes átonos. Também nestes casos se mantém a motivação sintáctica e semântica da colocação dos pronomes, e sempre tendo em vista que os registos formais pretendem a objectividade e o informal a subjectividade referenciada ao «*eu-aqui-agora*». Os exemplos e a explicação percorrem a chamada linguagem perifrástica, as formas verbais complexas em que intervêm o verbo modal e o infinito dos verbos finitos.

1.8. No capítulo oitavo (pp. 277-285) conclui — na área que se propôs tratar: o uso dos pronomes — sobre a maior importância da distinção formalidade vs. informalidade em relação à distinção linguagem oral vs. linguagem escrita, sobre a importância das marcas da subjectividade no registo informal oral e da objectividade nos registos formais, sobre a interferência de factores linguísticos e não linguísticos no uso ou não uso dos pronomes, sobre os substitutos dos pronomes tipo «*ele*», etc.

2. Se o tema deste trabalho se revela actual, a bibliografia secundária, quer a referente às teorias, quer a referente à sua aplicação, está também actualizada; os textos usados, pela amostra apresentada, merecem, em geral, confiança quanto à verdade da língua que representam.

Para comentar em pormenor muitos dos pontos passíveis de comentários pormenorizados, deixaria de contemplar o trabalho no seu conjunto, o que acima de tudo pretendo fazer.

2.1. Um dos pontos chave do trabalho — a tripartição dos dados da língua em registo informal oral, registo formal oral e registo formal escrito — surge apoiado em marcas sintácticas ou morfossintácticas (cfr. quadro da p. 88), na quantificação dessa marcas, etc., mas fica de pé o problema de se saber se este modelo não é um modelo entre outros possíveis, caso o A. não tivesse em mente o modelo preparado para a caracterização do francês (cf. p. 19 e ss. e 29). Pelos dados apresentados — não tive acesso a todo o corpus — parece-me ser possível prever (pelo menos prever) um modelo quadripartido, com o desdobramento do «registo escrito». É que a própria explicação do «registo escrito» aparece como sendo o fruto de uma descrição superficial: linguagem de maior ou menor afastamento, quer em relação ao leitor, quer em relação ao próprio escrevente, linguagem mais ou menos reflectida. Isto desprezando o factor veículo da linguagem (isto é, a existência ou não existência de código gráfico (pp. 22 e s.)). Creio também que a ocorrência do pronome *cujo*, apontada por P. e colocada no registo informal oral (cfr. p. 63) é também indício da necessidade de revisão do modelo tripartido.

A explicação da construção *V -se* por meio da tríplice categorização de «se» como partícula apassivadora, partícula de indeterminação, ligada ou não à ideia de construção «recessiva», é genericamente verdadeira, mas não inteiramente explicativa dos factos de língua nesse domínio (cfr. pp. 15 e ss.).

A atribuição ao pretérito-mais-que-perfeito sintético da categoria de marca do registo formal escrito corresponde à intuição de muitos falantes, mas há quem ponha reservas ao uso exclusivo dessa forma ao registo formal escrito.

Por outro lado, algumas das marcas aqui apresentadas, se entretimentos não desapareceram totalmente, perderam muito da sua amplitude de uso (como é o caso de *gajo*, muito mais frequente há alguns anos antes do que em 1991).

Há afirmações e referências feitas ao longo do trabalho que mereciam algumas observações, e apenas menciono a de M. Scotti-Rosin (p. 3, n. 13), acerca da marca ideológica no não estudo da linguagem falada: até não há muito tempo, os linguistas, em Portugal, não eram tantos como isso, e esse

estudo não estava na moda. E, a propósito, na bibliografia, apesar da sua amplitude e extensão, há ausências, que, embora publicadas no Brasil, podiam trazer alguma luz sobre alguns pontos; e apenas para referir uma Escola e um Centro de Investigação, lembro os Grupos de Investigação dirigidos em João Pessoa (Paraíba-Brasil) pela Prof.^a Socorro Aragão. Eis alguns dos pontos que me merecem reparos.

Fiquei, além disso, com a impressão de que o A. veio para este trabalho já com ideias feitas, sobretudo as que foram construídas para o modelo francês; as posições de Malaca Casteleiro, Harri Meier, sobre o português, as de H. Thun sobre as línguas românicas, etc. e os seus dados quantitativos servem apenas para reforçar os modelos já programados. Sabemos que a quantificação pode ser encaminhada para direcções múltiplas.

2.2. Pode parecer que os aspectos negativos da obra são muitos e apoucam este trabalho. Bem pelo contrário, os aspectos positivos são muito mais marcantes do que os negativos.

Por exemplo, a reserva do A. feita à afirmação de Malaca Casteleiro (pp. 1 e s.) acerca da homogeneidade da «língua falada» a nível sintáctico opondo-a à visão teórica de J. A. Fishman (p. 1, n. 4), para quem conhecer de perto vários «distritos», mostra como a quantificação dos dados e a intuição se podem completar. A confirmação de certas marcas da língua falada, apresentadas por Malaca Casteleiro, tais como a existência (ou não existência) da «coordenação e subordinação implícitas», situando-as, não numa designação genérica de «língua falada», mas num meio caminho entre o registo informal e os registos formais (cfr. pp. 53 e ss.), a confirmação da posição de Harri Meier (p. 201), sobre o uso dos pronomes «pessoais absolutos», a confirmação -correção da proposta de Thun acerca do mesmo tema (uso dos pronomes referidos a coisas (pp. 199 e ss. e 208)), explicando os usos de certas formas pronominais, mesmo no registo informal oral, tendo como referentes anafóricos nomes de coisas.

A ligação entre os pronomes, como substantivos pessoais (no caso dos pronomes pessoais) e certos hiperónimos (pp. 12 e ss.), a leitura acompanhada das publicações sobre a colocação dos pronomes clíticos, o excuro sobre a etimologia de *gajo* e a comparação deste vocábulo com outros afins em diferentes línguas, o estabelecimento cuidadoso de pares comparativos para a quantificação do uso dos pronomes, etc., fazem desta obra o exemplo de investigação séria e tornam-na uma referência obrigatória para quem pretenda estudar o tema em questão e sobretudo para os lusitanistas.

2.3. Apesar de algumas dúvidas surgidas à volta do texto utilizado, no que se refere aos textos orais gravados, e, neste caso, lamentando que as gravações se limitassem a Coimbra e Lisboa — as zonas do Porto, Évora, Viseu iriam corrigir alguns dados —, apesar de certas generalizações de factos que podem ocorrer marginalmente (veja-se o exemplo da p. 248: (1) «*Se tu continuasses a encher balões, não dava-te sempre prejuízo? Dava-te sempre pre-*

juízo»), e dado que para o português não abundam os dados textuais da língua falada, seria de grande utilidade para os investigadores a publicação das gravações feitas por P.¹

Mário Vilela

¹ **Referências Bibliográficas:**

- ARAGÃO, Maria do Socorro Silva — *Linguística aplicada aos falares regionais*, João Pessoa, 1983.
- CASTELEIRO, João Malaca — *Aspectos da sintaxe do português falado no interior do país*, in «Boletim de Filologia», vol. 24, 1975, 57-74.
- FISHMAN, Joshua A. — *Soziologie der Sprache*, Munique, 1975.
- MEIER, Harri — *Ensaio de Filologia Românica*, Lisboa, 1948, «Sobre as origens do acusativo preposicional nas línguas românicas», 114-164.
- METZELTIN, Michael; CANDEIAS, Marcolino — *Semântica e sintaxe do português*, Coimbra, Almedina, 1982.
- SOTTI-ROSIN, Michael — *Gesprochene und geschriebene Sprache in neueren Lehrwerken des Portugiesischen*, in HOLTUS, Günther (ed.) — *Umgangssprache in der Iberoromania*, Tübingen, 1984, 259-269.
- SOLL, Ludwig — *Gesprochenes und geschriebenes Französisch*, 3.^a ed., Berlin, 1985.
- THUN, Harald — *Personalpronomina für Sachen*, Tübingen, 1986.
- VERDELHO, Evelina — *Linguagem Regional e Linguagem Popular no Romance Regionalista Português*, Lisboa, INIC, 1982.

REINHARD KIESLER — *Sprachliche Mittel der Hervorhebung in der moderänen portugiesischen Umgangssprache*, Heidelberg, Carl Winter Universitätsverlag [Sammlung romanischer Elementar- und Handbücher: Fünfte Reihe, Untersuchungen und Texte: Bd. 16], 1989, XVIII, 370 pp.

0. A obra contém uma breve introdução (pp. IX-XIII), a lista das abreviaturas e a respectiva chave (p. XVII) e o estudo propriamente dito distribuído por três grandes capítulos.

1. No primeiro capítulo (*Variedades do português*: pp. 1-52), após aludir ao carácter diassistemático das línguas e enumerar algumas das variedades linguísticas sugeridas por linguistas de diferentes quadrantes teóricos, seguindo Wandruszka, K. distingue, no português, as variedades regionais ou dialectos (pp. 6-13), as variedades sócio-culturais (pp. 14-29), as variedades de situações específicas (pp. 30-33) e as variedades diacrónicas (pp. 33-36), a que acrescenta a «linguagem falada» e a «linguagem coloquial» (pp. 37-52).

1.1. Por *variedades regionais* o A. entende sobretudo as grandes variantes do português: o lusitano e o brasileiro (com as respectivas sub-variantes). Menciona ainda, por um lado, as variantes madeirense e açoreana, e, por outro lado, as variantes angolana, moçambicana, e os respectivos crioulos asiáticos e africanos, assim como a variante galega. O A. afirma, contudo, limitar-se apenas ao português de Portugal Continental e do Brasil. Neste enquadramento apresenta alguns dos traços fonéticos, lexicais e sintácticos característicos do português do Norte, Centro e Sul de Portugal Continental, procurando mesmo, em certos casos, delimitar com maior precisão um ou outro traço em relação a uma ou outra região mais especificamente (como, por exemplo, em relação à Beira, Alentejo, etc.). Relativamente ao português do Brasil, embora fazendo referência aos grandes projectos de levantamento da norma culta, procura sobretudo mostrar os traços diferenciadores do português do Brasil em relação ao português lusitano: traços fonéticos e fonético-gráficos, traços lexicais e morfossintácticos. Aceita sem discussão a tese de que no Português não há verdadeiramente dialectos, mas apenas falares e sub-falares.

1.2. Por *variedades sócio-culturais* entende o A. os *sociolectos* (as variantes diastráticas), as *linguagens especiais* e *linguagens* (ou *línguas*) *de grupos*. Relativamente a Portugal, os sociolectos são referenciados a partir da Norma — aceitando como certa a communis opinio de que a língua padrão (=a Norma) é a linguagem da classe culta do eixo Coimbra-Lisboa — e, relativamente ao

Brasil, mostra-se hesitante entre o falar da classe culta de São Paulo e Rio. A partir da Norma, fala da *linguagem popular*, caracterizada através de formas de tratamento e de factos morfosintácticos, da *gíria* e *calão*, estas últimas como exemplificativas das *linguagens especiais*, e da linguagem da publicidade, linguagem da administração e direito, da linguagem do processamento de dados e da linguística, dos desportos e do teatro, da caça e da náutica, da Igreja, estas como exemplificativas da *linguagem técnica e especializada*. Esta explicação-aplicação é feita sobretudo em relação ao português lusitano.

1.3. Por *variedades de situações específicas* entende o A. as variedades resultantes do grau de formalização da situação de comunicação, ou, e em termos concretos, variedades formais e variedades informais. Designa estas variedades pelo nome genérico de *registos*.

1.4. Por *variedades diacrónicas* entende o A., e para este seu estudo, a diacronia na sincronia: isto é, arcaísmos e neologismos, construções tradicionais e sua substituição por outras menos tradicionais, existentes no português actual.

1.5. Com *língua falada e língua coloquial* (*gesprochene Sprache und Umgangssprache*) completa o A. o quadro das variedades linguísticas apresentadas relativamente ao português. Com base nos 14 traços previstos por Lewandowski para caracterizar a língua falada em relação à língua escrita não distinguindo nesta caracterização entre o português de Portugal e o português do Brasil, tenta mostrar o A. que a designação língua falada deve ser substituída por *língua coloquial* (*Umgangssprache*), no sentido de linguagem corrente em oposição a linguagem culta (*Hochsprache*). Estas variedades são integradas nas variedades linguísticas de situações específicas e portanto na de *registo* (p. 51).

2. O segundo grande capítulo intitula-se *Realce-Reforço-Atenuação* (*Hervorhebung-Verstärkung-Abschwächung*) (pp. 53-122) e compreende um pequeno levantamento de definições e expressões usadas para os conceitos em questão (pp. 53-55), um breve inventário e análise de algumas monografias sobre os fenómenos «Realce» (pp. 55-61), «Intensificação, Reforço e Ênfase» (pp. 61-73) e «Modalização/Matização e Atenuação» (pp. 73-80).

2.1. O A. procura, ainda dentro da linha de pesquisa à volta de conceitos precisos para *Realce-Reforço-Atenuação* e assim poder apresentar um instrumentário com que possa operar, não só definir estes conceitos como ainda integrá-los num todo (pp. 81-102). É assim que interpreta «Reforço» e «Atenuação» como duas funções de «Realce», e os três conceitos são subordinados ao conceito geral de «Intensificação». Numa perspectiva de «actos de fala» faz o seguinte enquadramento dos três conceitos em questão, relativamente à intensificação: «Wenn ich 'Hervorhebung' als 'Umanderung' auf der lokutionaren Ebene einer Äußerung bezeichne, so ist das im Sinne dieses Austinischen Sprechaktmodells gemeint; vereinfachend kann man sagen, daß sich die 'Hervorhebung' auf die formale Seite von Äußerung bezieht. 'Verstärkung' und 'Abschwächung' betreffen dagegen die perlokutionare Komponente von Sprech-

akten» (p. 86). Isto é, «Realce» afecta o lado formal do enunciado, enquanto o «Reforço» e a «Atenuação» exprimem a modificação da intensidade relativamente aos efeitos intencionados pelo enunciado. O A. situa ainda a «Intensificação» relativamente à modificação transportada pelo enunciado: distinguindo a 'informação proposicional' da 'informação indexical' e 'informação de gestão de inter-acção' (=interaction-management information) (pp. 87-90). Após a apresentação destes dados teóricos vai fazer a sua aplicação a exemplos da língua portuguesa, socorrendo-se dos dados dos «actos de fala» e de conceitos tradicionais (como eufemismo e disfemismo), delimitar quais os elementos frásicos 'realçáveis' e quais os processos usados para reforçar enunciados globais ou segmentos de enunciados (pp. 90-100).

2.2. O A. recorre aos termos e processos da velha Retórica para indicar a identificação dos meios de Realce do enunciado, nomeadamente a inserção (*adjectio*), a elipse (*detractio*), a permuta (*transmutatio*) e a substituição (*immunitio*) (pp. 100-103). Termina o segundo grande capítulo com a aplicação genérica dos conceitos de intensificação, reforço e atenuação, através de conceitos e exemplos de algumas das figuras da Retórica, nomeadamente lítotes, hipérbole, clímax e anti-clímax (pp. 10-122).

3. O terceiro grande capítulo constitui o centro de todo o estudo: é afinal o próprio título da tese — os meios linguísticos de realce em português (pp. 123-311).

3.0. Começa por referir a importância da entoação e das suas várias formas — entoação expressiva, acento e deslocação de acento, silabação, pausa, etc. — não só na intensificação como no realce do enunciado (pp. 123-129). Por motivos técnicos e práticos exclui, no entanto, a entoação do seu estudo. Os dois grandes pólos de interesse são «Reforço» (pp. 130-262) e «Atenuação» (pp. 263-311).

3.1. Os meios de **reforço** são apresentados por sectores: os afixos (pp. 130-138), que considera como meios morfológicos, prefixos e sufixos, atribuindo, nestes últimos, um papel importante ao jogo positivo — superlativo (ou superlativo de superlativo) e aumentativo-diminutivo (e aumentativo ou diminutivo de aumentativo e de diminutivo, respectivamente); a elipse e fenómenos afins (pp. 138-142), em perguntas, insinuações, provérbios, frases — se, etc.; meios lexicais, tais como disfemismos (pp. 144-5), estrangeirismos (pp. 145-6), coloquialismos e fraseologias (pp. 146-154), tropos (pp. 154-157), tais como sinédoque, metáfora, ênfase, hipérbole, lítote, ironia, antífrase, etc.; os verbos (ditos) dinâmicos e verbos (chamados) performativos (pp. 137-161), com o respectivo co-texto, onde se destacam as expressões que reforçam ainda mais a força dinâmica e realizativa dos verbos em questão; várias categorias de «inserções» [«Hinzufügungskategorien»], tais como determinadas formas verbais (pp. 163-169), do género dos «imperativos de percepção para iniciar o diálogo» (*olha|olhe que, olha|olhe cá, veja|vê lá se|que, ouve|ouça, lá|cá, escuta-me|escuta meu rapaz, repara que, acredite, imagine-se, quer saber, etc.*), ou certas «partí-

culas» (pp. 169-181), como *pois bem, portanto, e* (+sequência enfática), *mas, agora, então, enfim, que, sim, não*, etc., ou as chamadas «tag questions» (pp. 181-187) [«Tag questions sind kurze Frageformeln, die an einen (positiven oder negativen) Aussagesatz (gelegentlich auch an einen Aufforderungs- oder einen Fragesatz) angehangt werden, wie... *pg não é?, não é verdade?»,*], em que distingue vários tipos e sub-tipos; o dativo ético (pp. 187-189) e o respectivo co-texto, as interjeições (pp. 189-196), o reforço adverbial (pp. 196-207), percorrendo aqui as várias escalas de intensificação por meio dos advérbios mais frequentemente usados ou expressões equivalentes, «expressões enfáticas de quantidade» (pp. 207-214), em que se incluem designações de quantidade, tempo, lugar, avaliação, tanto para grande como para pequena quantidade.

O A. trata ainda as «construções com clivagem» (pp. 215-222) aludindo à focalização obtida pelas várias espécies de «clivagens»; a «repetição» (pp. 222-228), mais precisamente as diferentes formas de gemação ou triplicação, a retoma (ou repetição à distância), quiasmo, repetição tautológica e repetição sinonímica, etc.; o emprego dos «tempos» e «modos» (pp. 228-234); o uso do indicativo em vez do imperativo, ou o indicativo em vez do conjuntivo, etc.; a «colocação das palavras» no enunciado (pp. 234-248), abrangendo fenómenos, na alteração da ordem natural das palavras, tais como focalização, topicalização, articulação «tema»-«rema», anteposição, posposição, etc.; os «tipos de oração» (pp. 248-258): em frases principais, a imperativa, a exclamativa, a interrogativa (sobretudo a interrogativa retórica), a optativa, e, em frases subordinadas, as comparativas e consecutivas; as sequências de interacção comunicativa (ou sequências metacomunicativas) (pp. 259-262), que, entre outras funções, têm a de reforçar o enunciado, sobretudo em sequências em que intervêm determinados verbos, com *dizer, repetir, garantir*, etc.

3.2. Os meios linguísticos de **atenuação** são apresentados de modo paralelo aos de «reforço»: os meios morfológicos, os afixos (pp. 263-265), limitando-se neste caso ao sufixo diminutivo *-inho*, no seu uso eufemístico; a «elipse» de elementos com menos peso eufemístico e fenómenos afins, como construções começadas por *e se*, etc. (pp. 265-266); meios «lexicais» (pp. 267-291), tais como eufemismos, estrangeirismos, expressões populares, lótopes, «hedged performatives» (tratando-se, neste caso, de expressões como: *queira desculpar, ouso esperar que, não faz mais que*, etc.), determinandas formas verbais (de verbos como *dizer, parecer, saber* e «verba sentiendi», ou «verbos parentéticos»), certas partículas (como *pois, bom, bem, pois bem, pois é, enfim, afinal, ora, pronto*, etc.), «tag questions» e certas fórmulas de conclusão de enunciados (do tipo: *é o que é, foi o que foi*, etc.), expressões adverbiais (como: *na minha opinião, talvez, quiçá, pode ser que, se calhar, é capaz de, francamente, um pouco, um tanto, mais coisa menos coisa*, etc.), expressões enfáticas designando determinada quantidade de algo (expressões como: *um migalho|uma pinga|uma gota|uma pitada|um pedaço de, dois dedos de*, etc.); a «repetição» (pp. 291-293), que, sendo embora menos frequente do que no caso de reforço, funciona contudo na chamada «geminatio» e «anti-clímax»; o uso dos tempos e modos (pp. 293-298), em que o conjuntivo substitui o indicativo, as construções ditas reflexíveis substituem as não reflexivas, os usos do futuro (como expressão da

suposição, probabilidade, dúvida), do condicional (como expressão do «não saber», etc.), do imperfeito (de cortesia), etc.; os «tipos de oração» (pp. 299-304), como o uso da afirmativa (no caso das implicaturas, acto de fala indirecto) e interrogativa ou interrogativa negada em vez das formas imperativas, nas orações principais, e, nas subordinadas, o uso de comparativas (com *como se*), ou condicionais (com *se: se me permite, se assim me posso exprimir*, etc.); as fórmulas metacomunicativas (ou formas de correcção) (pp. 304-306), do género de: *por assim dizer, digamos, quer dizer, como dizer, passe a expressão, se não sou indiscreto*, etc.; finalmente, as formas de delicadeza (pp. 308-311), formas «de condescendência com o interlocutor», do género: *por favor, se faz favor, tenha a bondade, digne-se, por quem é*, etc.

3.3. Termina o trabalho, com um breve resumo e conclusões (pp. 312-318), referindo-se às opções assumidas e, prevenido críticas a essas mesmas opções, indica outras possíveis linhas de tratamento do tema e, sobretudo, procurando deixar antever a universalidade dos meios de realce, reforço e atenuação. Apresenta em seguida a bibliografia, em que distingue os textos (p. 319), literatura secundária (pp. 320-338), termos técnicos (pp. 339-347), palavras portuguesas apresentadas como exemplificação ou como tema de tratamento (pp. 348-370).

4. Este trabalho é uma dissertação apresentada na Universidade de Würzburg (Alemanha: 1987) e como tal espelha a densidade teórica (ia a dizer académica) e prática deste género de trabalhos: movimentada as teorias que têm (ou parecem ter) a ver com o tema, percorre a bibliografia teórica possível, interroga os elementos de língua disponíveis ou os que o próprio autor procurou tornar disponíveis. Num domínio da língua portuguesa onde falta uma obra de conjunto, este trabalho é desde já uma referência obrigatória. E, de um modo geral, quem fale a língua portuguesa como falante nativo e esteja familiarizado com temas de linguística, é obrigado a reconhecer a seriedade desta dissertação e a pertinência dos dados apresentados.

4.1. Tendo procurado referir-me, com algum pormenor, aos temas e aspectos tratados pelo A., não irei agora alongar-me muito sobre um ou outro ponto que surjam como mais ou menos discutíveis. Antes de abordar as variedades do português, o A., ao definir o seu ponto de partida teórico (pp. 5 e s.), parece querer ignorar a interferência entre o regional ou diatópico, o sócio-cultural ou diastrático, o específico de situações e mesmo o diacrónico. Delimitar as variantes é uma tarefa tão difícil como encontrar a língua homogénea do falante-ouvinte ideal de Chomsky, que K. justamente critica (cfr. A. p. 1). Muitos (ou alguns) dos exemplos apresentados como documentadores de certos conceitos são exemplos de laboratório, desenquadrados e portanto susceptíveis de falsearem a verdade dos factos.

Por outro lado, alguns dos dados das variantes regionais, se são verdadeiros (e, em grande parte, são), pertencem ao passado da língua: assim, *quitar* (na sequência *Quitam de gritar pelo Angélico*, da obra de Aquilino Ribeiro) no sentido de «deixar» (o equivalente de «quitam» é «deixam» e não

«deixem», como ocorre em p. 8), foi (*foi e não é*) usado em diversas sub-regiões do Norte; diferenciações fonéticas e lexicais apresentadas — a que poderíamos acrescentar muitas outras — estão em vias de desaparecimento. Quanto à diferenciação português lusitano-português brasileiro, há algumas afirmações consideradas como certas, que precisam de ser reconsideradas, e dou apenas um exemplo: *enxergar* (em vez de *ver*) é tão usado em Portugal (sobretudo no Norte) como no Brasil. Falta um levantamento correcto e actualizado das variantes regionais. Estas observações não invalidam a ideia da utilização correcta dos dados disponíveis por parte de K..

Nas variantes sócio-culturais, em que o A. inclui os sociolectos, as línguas técnicas e línguas de grupos, além de alguns pontos teóricos discutíveis, como, por exemplo, a identificação demasiado simplista da Norma com «o português literário e familiar da gente culta» (p. 14) ou com a língua das classes cultas do eixo Lisboa-Coimbra (Ib.), parece-me que o A. aceita de modo a-crítico alguns dados, só aparentemente correctos, como é o caso de admitir como traço da linguagem popular a substituição de *ó*, nas expressões vocativas, por *á* ou *é*: *Ah, tia Rosa: Eh, rapazinho* (cfr. p. 16). Nestes casos, a função das referidas partículas não é a que corresponde propriamente a «vocativo». No enorme armazenamento de dados e propostas de explicação há assim pormenores que, a um leitor atento e conhecedor da verdade da língua, deixam no ar algumas interrogações.

4.2. Isto é, apesar de algumas opções discutíveis na escolha do instrumental — temos sempre que correr riscos —, da aceitação sem mais de alguns lugares comuns correntes acerca do português de Portugal e do Brasil, podemos afirmar que estamos perante uma obra que importa saudar. Espero mesmo que surja uma tradução para português desta obra — o INIC ou a Gulbenkian, a livraria Almedina ou outra, enriquecerão as suas colecções se fizerem a respectiva tradução — para que assim um não pequeno número de linguistas lusitanos possa tomar contacto com os dados agora postos ao seu dispor e com explicações que, se não são totalmente verdadeiras, são uma verdadeira tentativa de explicação.

Porto, 27 de Abril de 1991

Mário Vilela

JEAN-CLAUDE MILNER — *Introduction à une science du langage*, Paris, Seuil/Des travaux, 1989, 700 pp.

Nesta obra, Jean-Claude Milner interroga-se sobre as relações entre ciência e linguagem.

Num longo texto introdutório, que se apresenta mais como problemático do que programático, o A., consciente de que um programa de investigação é tudo menos eterno — lembra a este propósito a dominância, em diferentes épocas, da gramática comparada, da linguística estrutural, do programa generativo — e, confrontado com a ausência duma verdadeira epistemologia construída, formula uma série de interrogações legítimas — Como nomeia a linguística o seu objecto? De que epistemologia se serve para construir o seu conteúdo? Que relação entre a ciência fundamental e a ciência aplicada? É a linguística uma ciência experimental? Se sim, que teoria mínima a enforma? É a linguística uma ciência empírica? — articulando-as ao longo da sua extensa reflexão, de quase 700 páginas.

Para poder responder cabalmente à questão de a linguística ser ou não ser uma ciência ¹ e, no caso de o ser, saber como nomeará aquela o seu objecto — «La paix étoilée» chomskiana não reinando já, é preciso defender a língua contra «le charlatanisme et la débilité mentale» — o A. recorre aos conceitos de *factum linguae*, *factum linguarum* e *factum grammaticae* ².

Admitindo que o *factum linguarum* existe ³, é de admitir também que a distinção se faça em termos de propriedades *entre o que é uma língua e o que não o é*. E para a linguística este aspecto é importante porque permite prever que as línguas sejam descritíveis em termos de propriedades. É o *factum grammaticae*.

Sendo ponto assente que a linguística é uma ciência, outras questões se colocam. A linguística, como ciência, tem de implicar técnica(s). Se a técnica transforma o objecto, o A. pergunta se existem verdadeiras técnicas que transformam as línguas. Se para esta questão o A. encontra resposta, ao afirmar que não são as línguas que são visadas, mas antes as «leis» que regem tais matérias, ou seja, as realizações da língua (textos, discursos, ...), outros problemas há sem solução como, por exemplo, saber quem, epistemologicamente, descobre

¹ Já a escola de Cambridge tinha formulado a hipótese seguinte: se a linguística é uma ciência, ela é uma ciência empírica.

² Para Saussure, por exemplo, o acento é posto no *factum linguae* em detrimento do *factum grammaticae*, enquanto no programa generativo privilegia-se o *factum grammaticae* em detrimento do *factum linguae*.

³ O A. reserva o termo *factum loquendi* para designar o que se entende hoje por linguagem.

as leis da língua. A reflexão geral que o A. faz acerca de toda esta problemática é a de que não há definições prévias da língua. Só pela investigação empírica se pode lá chegar.

Na sequência de tudo isto, o A. formula uma outra interrogação: a dos exemplos construídos. A linguística como ciência experimental que pretende ser (ou é), tem como dado observável o *exemplo*. Desconectados do proferível, os exemplos põem o problema da validade do corpus, delimitado ao mesmo tempo pela língua considerada e pelas fontes.

Segundo a A., a ruptura com a tradição reside na observação empírica que constrói o seu objecto, pela observação das propriedades em numerosos exemplos «afin que l'ensemble des reffutabilités possibles se trouve parcouru».

Este trabalho laboratorial é reivindicado em nome de um dispositivo operatório. Qualquer que seja o grau de formalização, a explicação passa sempre pela língua natural.

Tendo como dado observável o exemplo, a linguística, que tem por objecto o *factum linguae*, apoia-se no *factum grammaticae*. É nesta linha de raciocínio que o A. introduz a importante noção de «juízo diferencial» que respeita ao que em matéria de língua é possível ou impossível — os dados de língua testados e acessíveis à observação imediata podem ser materialmente possíveis e linguisticamente possíveis ou materialmente testados mas linguisticamente impossíveis.

O predicado diferencial a que o A. também chama «diferencial gramatical» surge sempre em situação bipolar (possível/impossível; correcto/incorrecto; aceitável/inaceitável). As listas de diferenciações do género «isto diz-se mas não deve dizer-se» ainda não formam, segundo o A., uma «gramática».

A gramática só começa quando as informações se organizam em tipos (fala-se então de frase activa, frase passiva, frase relativa, etc.). Se os dados brutos são infinitos («diz-se, mas não digas») os tipos são finitos assim como os parâmetros de diferenciação entre os tipos. É a partir desta lista finita de critérios — segundo os quais um dado de língua pode ser distinguido de um outro, do ponto de vista diferencial — que o A. encontra e define a noção de *categoria*. Sendo, então, admitido que existe um diferencial de língua, este será expresso em termos de conformidade à *regra*.

Aqui, também, a noção de regra é útil porque, por um lado, permite instaurar uma demarcação entre o que segue a regra e o que a não segue e, por outro, se a regra é explicável, ela permite ser ensinada. É ainda e sempre o *factum grammaticae*⁴. Para o A., a noção de regra consiste em «manifestar como a atribuição dum valor do diferencial gramatical P a uma entidade X depende das propriedades dos segmentos x1, x2, ... xn, que analisam X e dependem nomeadamente da sua pertença categorial»⁵.

Na sequência destas reflexões o A. conclui, duma forma brilhante, o que entende por gramática: «... une grammaire se présente comme un ensemble de règles permettant de décrire la manière dont se distribue sur les données de langue la différenciation retenue. Elle sera d'autant plus complète que moins

⁴ Quando a gramática se exprime em termos de regras, não propõe uma teoria geral da linguagem. Propõe somente os elementos dum saber-fazer.

⁵ Traduzido do original.

de données de langue échapperont à sa description; elle sera d'autant plus adéquate qu'elle attribuera le prédicat différentiel pour des raisons plus claires» (p. 60).

É, pois, neste ponto do carácter real do diferencial que a relação entre linguística e gramática se revela fundamental. As relações entre ambos são relações de facto. Ambas têm o mesmo domínio: os *dados da língua* desconectados das enunciações particulares e singulares. Mas é à linguística que cabe todo o trabalho de explicitação e de literalização das hipóteses implícitas da tradição gramatical.

Como a gramática, segundo o A., não pode descrever nada senão em termos diferenciais⁶, compreende-se a importância do *factum grammaticae* para a ciência da linguagem. É no *factum grammaticae* que se funda a tese de que a ciência da linguagem é uma ciência empírica.

O recurso à técnica do exemplo aproxima, como já se disse, a linguística da gramática. Mas o exemplo não funciona em ambas as disciplinas do mesmo modo. Para a linguística o exemplo assenta os seus fundamentos numa epistemologia do documento e utiliza-o como uma configuração de dados próprio para testar uma proposição da teoria. Assim se compreende que o exemplo em linguística se apoie numa bateria de exemplos contrastados: o exemplo e o contra-exemplo. Para a gramática (sobretudo escolar) as regras não têm outra designação que o exemplo típico que as ilustra.

É à volta de toda esta problemática que trata a primeira parte da obra. De todas estas reflexões, o A. assume que é preferível fazer «plutôt de bonne linguistique que de s'abandonner aux bavardages de méthodes».

Na segunda parte, que se intitula LA CONSTRUCTION DE LA SCIENCE DU LANGAGE, o A. funda e apresenta o método.

É traçada a arquitectura duma teoria da linguagem em axiomas fundamentais que são em seguida articulados aos níveis de análise: o léxico nomeado como *théorie restreinte des termes*, a sintaxe como *théorie des positions*, a semântica proposta como uma *théorie étendue des termes*. Justifica o A. a necessidade duma teoria das posições e duma teoria dos termos para esclarecer os fenómenos semânticos (o inverso não é verdade).

Para ultrapassar os limites de tais quadros, incapazes de dar conta de numerosos fenómenos, é apresentada, na terceira parte da obra, a «hypothèse des domaines» que o A. descreve como segue: «Le domaine définit non seulement une séparation mais aussi un intérieur et un extérieur». De entre os vários exemplos dados, refira-se, por exemplo o da *passiva*. Segundo o A., a passiva permite ligar o sujeito duma primeira frase mínima ao COD da segunda se uma e outra têm o mesmo verbo: *Hermione aime Pyrrus*, *Pyrrus aime Andromaque*. Da passivação desta frase poderia resultar o absurdo seguinte: *Andromaque est aimée par Hermione*. A solução será a de «contraindre le

⁶ É na perspectiva do diferencial que se pode falar de gramática normativa e gramática descritiva. Antes do que uma diferença de natureza, há uma diferença de apresentação. Enquanto a gramática normativa chama a este diferencial correcto/incorrecto, a gramática descritiva utiliza termos mais neutros como os de aceitável/inaceitável; frequente/raro; preferido/rejeitado, etc..

passif à s'établir dans une seule et même phrase». Obrigação não automática que pode validar a noção do domínio.

No capítulo final, *LES PROPRIÉTÉS DU LANGAGE*, o A., a propósito da heterogeneidade da linguagem, conclui que ela não é tão exorbitante como parece e preconiza que se considerem atentamente as teorias linguísticas «en elles-mêmes, et non les justifications explicites qu'elles se donnent».

Foi objectivo do A., nesta obra copiosa, articular as interrogações legítimas sobre a ciência, sobre a linguagem, sobre a linguística, sobre a gramática.

O índice dos autores citados, de Badiou a Wittgenstein, evidencia bem a amplitude referencial e a proposta de «prendre au sérieux toutes les interrogations légitimes».

INTRODUCTION À UNE SCIENCE DU LANGAGE é bem o título de uma obra que não pretende ser nem um manual, nem um compêndio, mas antes «un mise au point» epistemológico e linguístico.

Olívia Figueiredo

JEAN ÉMILE GOMBERT — *Le développement métalinguistique*, Paris, PUF, Col. «Psychologie d'aujourd'hui», 1990, 295 pp.

Este extenso estudo de Gombert, professor de Psicologia Genética na Universidade de Dijon, vem ao encontro de todos aqueles — psicólogos, linguistas, pedagogos, educadores — que mais se interessam pelas questões do *desenvolvimento metalinguístico* — nos domínios fonológico, sintáctico, lexical, semântico, pragmático e textual.

Partindo da ideia geral que as capacidades metalinguísticas têm tudo a ver com a capacidade de reflexão sobre os objectos e com a capacidade de manuseamento e controlo deliberado da sua utilização, o A. expõe de forma detalhada os resultados experimentais, a este nível, postos em prática pelos mais diversos investigadores das mais diversas áreas do conhecimento.

A metalinguística pressupõe sempre como critérios, segundo o A., uma consciencialização e uma atitude reflexiva sobre os objectos «langagiers» e a sua manipulação. Como a actividade metalinguística reenvia à cognição sobre a linguagem, nesta perspectiva, compete à escola escolar criar condições para favorecer a passagem de uma competência linguística — o *conhecimento tácito*, no dizer de Chomsky que mais não é que o conhecimento inconsciente que o locutor tem de conjunto das regras¹ que determinam a gramaticalidade das frases — que, segundo o A., se expressa por uma «habilidade linguística» (*metalinguistic skill*) e que designaria os conhecimentos linguísticos aplicados automaticamente sem reflexão nem decisão deliberada da parte do sujeito, para uma competência metalinguística (*metalinguistic ability*) e que designaria já o estabelecimento do carácter reflectido.

É nesta sequência de ideias que o A. apresenta uma outra dicotomia significativa. A diferença entre mestria metacomunicativa e mestria metalinguística. Ónquanto a primeira, realizando-se em contextos naturais, exigiria poucos conhecimentos explícitos sobre a linguagem, dado que a atenção do locutor recairá na intenção de comunicação, nas significações e, em particular, no conhecimento dos factores ligados às pessoas em interacção, à tarefa a realizar e à estratégia do locutor — estes factores sendo cognitivamente pouco custosos —, a segunda, que diz mais directamente respeito a tarefas de leitura-escrita, exigiria já uma capacidade para prestar atenção aos aspectos formais da língua.

¹ Explicitar regras de gramática exige um maior nível de reflexão e capacidades que simplesmente compreendê-las.

É no âmbito desta competência metalinguística que o A. fala de outras competências: metafonológica, metassintáctica, metassemântica, metapragmática, metatextual.

No que concerne à sintaxe, autores há, citados por Gombert, que afirmam parecer não haver juízos sintácticos precoces. Os juízos de aceitabilidade por crianças em idade pré-escolar far-se-ão mais por critérios semânticos que por critérios sintácticos. Por isso, a necessidade de se esperar pelos 11-12 anos para que a dificuldade no uso das preposições e conectores seja ultrapassada. Isto por, segundo o A., tais palavras-função não terem estatuto semântico e dependerem do contexto.

O mesmo se passará com a mestria lexical. Só a partir dos 7 anos — fase ligada à escolarização e à aprendizagem da leitura — a criança se aperceberá da palavra e dos seus limites. No estado actual dos conhecimentos parece que, geneticamente, as representações lexicais são de elaboração tardia. As primeiras palavras não são qualquer coisa que as crianças «possuem», mas qualquer coisa que as crianças «fazem». É neste sentido que vão as experiências feitas por Vygotsky, que o A. cita constantemente. Vygotsky lembra que a criança em idade escolar, a quem se pede para explicar o nome dos objectos, apoia-se nos atributos destes objectos, como, por exemplo, uma vaca chama «vaca» porque tem «cornos»². Estes resultados, semelhantes em adultos não escolarizados e em crianças em idade pré-escolar, vêm evidenciar o papel da aprendizagem da leitura e da escrita na possibilidade de dissociar significantes e significados.

Ainda dentro desta problemática da manipulação das palavras, o A. põe outra questão: a das ambiguidades lexicais e a da sinonímia.

No primeiro caso, a boa apreensão das ambiguidades lexicais não parece exigir a capacidade de dissociar o nome do seu referente.

Se o nome é, para a criança, uma qualidade do objecto, nada impedirá que esta actividade seja partilhada com outros objectos. O sucesso, nesta área, aparecerá entre os 6 e os 9 anos.

Tal não é o caso da sinonímia, cuja mestria implica o reconhecimento do facto de que um mesmo objecto possa ser denominado de uma maneira ou de outra. Esta mestria supõe a consciência do arbitrário do signo linguístico, saber que a criança só muito tarde adquire.

Ainda aqui o A. distingue quatro tipos de sinonímias: as referenciais (Presidente da República — F. Mitterrand), as linguísticas (Ele está colérico — Ele está furioso), as fundadas em relações espaciais ou temporais (A mulher estava à frente do rapaz — O rapaz estava atrás da mulher) e as que implicam relações lógicas (Há mais bolo que gelado — Há menos gelado que bolo).

Experiências feitas a este nível confirmam a dificuldade que a criança experimenta em reconhecer a sinonímia. Esta dificuldade não reside no reconhecimento das sinonímias referenciais — a criança reconhece-as mesmo em idade pré-escolar — mas nas restantes sinonímias pelo facto de estas implicarem já uma reflexão sobre a própria linguagem.

² Kolinsky encontra respostas, características das crianças, em adultos portugueses analfabetos: «nogueira» é uma palavra longa porque é uma árvore; «galinha» é uma palavra curta porque é mais pequena.

Outro aspecto a que o A. alude é o das metáforas. Considera as produções metafóricas espontâneas — produzidas pelas crianças e consecutivas à pobreza do léxico e à sua não competência lexical precoce —, que são o resultado da não diferenciação efectiva entre os signos (significante/significado)³, os referentes e o contexto que cria a significação, e as produções metafóricas elaboradas — que só aparecem pelos 10-12 anos —, que são despoletadas aquando do acesso ao estádio das operações formais. Este processo implica a assimilação do tópicos (qualificação ou substituição de um referente) ao veículo (pela apelação de um outro referente).

Para que se possa falar de carácter metafórico é preciso que a criança conheça o verdadeiro nome do objecto rebaptizado, mas que conheça também o verdadeiro referente do nome utilizado⁴.

Estas competências metafóricas de base são, segundo o A., verdadeiramente indispensáveis a um posterior desenvolvimento consciente da compreensão e produção da metáforas. É só mais tarde, por efeito da escolarização e do contacto com a língua escrita, que a competência metafórica vai requerer uma manipulação reflectida da linguagem. É o carácter metalinguístico a sobrepor-se à natureza epilinguística da metáfora precoce.

Após focar aspectos interessantes nos domínios fonológico, sintáctico e semântico, passa o A., a partir da página 123, a centrar a sua atenção nos domínios metapragmático e metatextual.

Se para Hickmann, citado pelo A., a capacidade metapragmática é uma «capacidade metalinguística particular, nomeadamente a capacidade de representar, de organizar e de regular os próprios empregos do discurso» (p. 123)⁵, então este domínio inclui parâmetros que ultrapassam as componentes da linguagem *stricto sensu*.

Nesta óptica, é a relação entre os signos e o contexto da enunciação — englobando os seus contextos intralinguístico e extralinguístico — que constitui o focus dos comportamentos metapragmáticos. Aqui o A. adverte para a dificuldade em distinguir e separar o semântico do pragmático como significação da experiência e conclui que, desde muito cedo (por volta dos 7 anos), «a criança aplica, segundo a situação quer a «máxima de quantidade» de Grice — o locutor deve ser tão explícito tanto quanto o exige a situação mas não mais —, quer a «máxima do antecedente» de Clark & Haviland — o locutor deve construir a sua produção de modo a que o destinatário possa encontrar, no que foi dito antes, um antecedente directo com o propósito actual» (p. 132)⁶. Antes desta idade (7-8 anos) a criança tem dificuldade em produzir mensagens explícitas e ajustar as suas produções à idade do destinatário (adulto, da mesma idade ou criança mais nova).

³ O desenvolvimento da noção de arbitrariedade do referente diminui a preferência da criança pela sua descrição metafórica.

⁴ O génio literário que muitos vêem nas metáforas precoces não tem nada a ver com a produção poética do «expert». Se as produções de uns e de outros são por vezes vizinhas, as crianças produzem poesia incidente, por falta de mestria do léxico. O poeta faz destacar os traços dos referentes por violações deliberadas.

⁵ Tradução do original.

⁶ Tradução do original.

Embora a criança, a partir dos 7 anos, manipule já, ao mesmo tempo, o conteúdo e a forma dos seus pedidos, só muito mais tarde é que é capaz de formular, de maneira adaptada e reflectida, pedidos indirectos⁷ que, como se sabe, implicam uma combinação complexa de habilidades linguísticas e habilidades sociais — mestria da forma e do conteúdo dos pedidos, compreensão dos sinais emitidos pelos destinatários, reconhecimentos dos estatutos recíprocos.

É neste sentido, pois, que o A. fala de metapragmática — a mestria dos diferentes aspectos das relações entre a linguagem e os seus contextos de enunciação.

Quanto ao domínio metatextual, o A. introduz os conceitos de coerência e coesão e relaciona-os com os domínios semântico e morfossintáctico. Se a coerência diz respeito à articulação das ideias, a coesão faz referência às marcas linguísticas que traduzem, na superfície textual, as inter-relações entre enunciados concatenados.

Neste sentido, o A. distingue coerência — quando as variáveis manipuladas são de natureza semântica — de coesão — quando são de natureza morfossintáctica.

O controlo da coerência diz respeito à capacidade em detectar contradições a nível conceptual, em resolver o problema das influências, em controlar a adequação entre a informação nova (dada no momento pelo texto e pela capacidade da memória de trabalho) e a base de conhecimentos (armazenados na memória permanente).

Apesar de estudos recentes mostrarem que a detecção de contradições entre a informação nova e a base de conhecimentos faz parte das capacidades da criança, sabe-se que, mesmo em adultos escolarizados, o confronto consciente entre as informações contidas no texto e a base de conhecimentos não é operada espontaneamente.

O factor determinante para que se detectem incongruências é, de acordo com o A., de ordem mnemónica. Vários estudos sugerem que a integração das informações se faz automaticamente quando são activadas simultaneamente em memória de trabalho a fim de serem comparadas. Só os leitores competentes parecem capazes de ir procurar na memória a longo prazo as informações necessárias à integração. Esta competencialização vai aumentando com a idade e com o treino em leitura. As boas respostas às situações inferenciais aumentam, como já foi assinalado, com a idade e com o número de informações que concorrem para ajudar a resolver as inferências feitas.

A escola, que tem por finalidade formar leitores competentes, deve, desde cedo, incitar o aluno a ler (todo o tipo de textos em todos os suportes de leitura), a treinar as suas memórias — a de trabalho e a permanente ou longo prazo — e a alargar o seu campo de conhecimentos.

É neste sentido que o A. fala de mestria textual e coerência.

Quanto à coesão, que também tem a ver com a mestria textual, implica outro tipo de conhecimentos e capacidades. Conhecimento de marcas de superfície — pronomes anafóricos, determinantes definidos, conectores, pontuação —

⁷ Segundo a terminologia de Searle e Austin.

e capacidades — tanto em produção como em compreensão — para controlar a sua utilização.

Estudos feitos, citados pelo A., concluem que não é senão a partir dos 10 anos que a criança se torna capaz de detectar erros a respeito do emprego das anáforas. Quanto à identificação de conectores inadequados, esta tarefa metalinguística exige um alto grau de competencialização. Isto mostra «a distância temporal entre a produção espontânea dos diferentes conectores pela criança e o carácter tardio da sua mestria nas tarefas experimentais quer seja em compreensão quer seja em produção» (p. 181)⁸. Segundo Florès d'Arcais, citado pelo A., é preciso esperar pelos 11-12 anos para a criança ser capaz de estabelecer uma hierarquia dos conectores.

Esta mestria tardia é coincidente com o que o A. vem dizendo e constatando acerca das tarefas metalinguísticas complexas.

Ligada que foi a coesão às relações interproposicionais, é tempo agora de alargar o âmbito ao texto, no seio do qual estas relações tomam lugar.

É preciso, segundo o A., estruturar o texto e diferenciá-lo dum simples conjunto de frases. É nesta perspectiva que se impõe a questão da diversidade de tipos de texto e do modo como o sujeito deverá operar em cada um deles. A compreensão e proporção dos elementos recordados variam em função do tipo de texto. Goelman, citado pelo A., afirma que a criança de 9-10 anos é mais capaz de se lembrar das informações importantes (qualidade) duma descrição que duma narrativa, enquanto que globalmente o número de informações lembradas (quantidade) é mais importante para a narrativa que para as descrições.

Se só a partir dos 9 anos é que a criança começa a distinguir texto de não-texto, a mestria das características internas dos textos parece ainda mais problemática. É por volta dos 12-13 anos que surge a capacidade de excluir dum texto as frases não tematicamente ligadas às outras e produzir frases em conjuntos coerentes e não é antes dos 10 anos que a maior parte das crianças diferencia explicitamente o discurso relatado do discurso da relação.

Todos os autores citados nesta obra por Gombert são unânimes em sublinhar que a capacidade em hierarquizar os enunciados de um texto em função da sua importância⁹ é mais tardia do que a de extrair o tema do texto. E, de entre os autores citados, Taylor assinala «as dificuldades que têm crianças de 9 a 11 anos, alunos brilhantes, para produzir resumos aceitáveis» (p. 187)¹⁰. Também a capacidade para identificar os diferentes tipos de texto parece tardia e frágil. É só a partir dos 14-15 anos que a organização textual é levada em conta e interiorizada.

Passados em revista os diferentes comportamentos de controlo dos processos de tratamento de textos, a que o A. chama actividades metatextuais, é altura de o A. se ocupar das particularidades da escrita, objecto de estudo no penúltimo capítulo.

Depois de sublinhar a independência da língua da oral em relação à língua da escrita (ambas pertencem ao mesmo sistema, mas cada uma tem

⁸ Tradução do original.

⁹ É desta hierarquização que resulta a técnica do resumo.

¹⁰ Tradução do original.

a sua realização própria), o A. afirma e atesta o carácter de reflexão, logo metalinguístico, que toda a actividade de escrita-leitura pressupõe. Para que uma leitura seja correctamente operada, é necessário que o reconhecimento das palavras seja feito, que o seu custo cognitivo seja suficientemente pouco elevado, que a estrutura gramatical que governa a organização das palavras na frase seja tomada em conta, que a coesão textual seja apreendida, que a estratégia de leitura para o fim em vista seja adaptada. Todos estes processos implicados na leitura são de ordem metalinguística à excepção, talvez, segundo o A., do léxico, que parece ser mais um indicador sociológico que um indicador cognitivo.

O processo de uma prática de leitura-escrita cada vez mais elaborada actualizaria e desenvolveria sucessivamente as diferentes competências metalinguísticas pré-existentes — metafonológicas, metassintácticas — até progressivamente se chegar às capacidades metapragmáticas e, sobretudo, metatextuais.

Todo o processo de produção escrita passa por três etapas, segundo o A. e segundo o que é considerado classicamente: planificação — que diz respeito à escolha do tema, à finalidade —, a transcrição — o pôr em palavras —, e a revisão — avaliação, comparação entre o texto obtido e o projectado.

Sabe-se que, no redactor experiente, o acto gráfico, a escolha das palavras, a ortografia, os acordos gramaticais, a pontuação são operados automaticamente. Do mesmo modo a coerência e a coesão textuais, a adaptação ao leitor potencial e o esforço de explicitação são objecto duma reflexão particular. Segundo o A., esta automatização, que na aprendizagem foi consecutiva a uma mestria consciente, permite que uma grande parte do esforço cognitivo seja consagrado à elaboração do conteúdo. Uma actividade, no redactor experiente, só é despoletada e controlada deliberadamente se um obstáculo advém aquando da redacção.

O mesmo não acontece no redactor principiante que está constantemente em sobrecarga cognitiva por defeito de automatização de certas actividades.

Chegados ao último capítulo desta obra, o A. faz uma reflexão mais alargada do que entende por «desenvolvimento metalinguístico» (p. 227). Cita Donaldson que diz que a «mestria metalinguística é um efeito das aprendizagens efectuadas na escola, em particular o da leitura-escrita» (p. 230) e Van Kleeck que afirma «que o que distingue os comportamentos precoces dos mais tardios, é o nível de controlo consciente que eles supõem da parte do sujeito» (p. 232).

É somente graças à aprendizagem explícita que a criança se torna consciente das regras, e é esta automatização de processos controlados intencionalmente que permite que um controlo consciente possa intervir, sempre que o desenvolvimento da actividade encontre um obstáculo ou sempre que o sujeito decida prestar uma atenção patricular à tarefa que está ou tem de realizar.

Nesta perspectiva, é crível que a mestria da leitura e da escrita necessite do conhecimento consciente e controlado de numerosos aspectos da língua. E como a gestão consciente é cognitivamente custosa, nem tudo será mestreado conscientemente de forma simultânea. Por isso, a atenção do educador em fasear aquisições e actividades de acordo com a complexidade dos sistemas a adquirir, sua frequência na língua e sua utilidade nas novas tarefas a resolver.

Ao terminar, diz o A. estar convencido — e apresenta suficientes estudos e bastantes argumentos que convencem também os seus leitores — de que a

RECENSÕES

«consciência está frequentemente implicada na aprendizagem e que, embora nem toda a aprendizagem seja forçosamente consciente, a aquisição e a reestruturação dos conhecimentos pedem geralmente uma participação consciente» (p. 253) ¹¹.

Os cerca de 580 títulos que constam da bibliografia dão bem a ideia da profusão temática e da vastidão de estudos que se têm realizado sobre este assunto. E o livro em apreço é bem o resultado e o reflexo disso.

Olívia Figueiredo

¹¹ Tradução do original.

PRAWER, S. S. — *Comparative literary studies: An introduction*, London, Duckworth, 1973, 180 pp.

Segundo S. S. Praver no prefácio à sua obra *Comparative literary studies: An introduction* (London, 1973), esta destina-se essencialmente a demonstrar a especificidade e organização da investigação em Literatura Comparada, dando conta dos tipos de pesquisa já desenvolvidos nesta área de estudos.

Embora os exemplos referidos sejam tirados das literaturas britânica, alemã, norte-americana e francesa, o autor faz notar a sua intenção de apresentar uma visão geral passível de ser aplicada a outros casos.

No primeiro capítulo, «What is Comparative Literature?», S. S. Praver começa por propor o uso de «estudo comparativo da literatura» («the comparative study of literature») como expressão que aponta mais correctamente do que a construção adjectiva «Literatura Comparada» («Comparative Literature») para a noção de actividade que usa como instrumento a comparação. Comparação esta que tem por objecto literaturas de tradições e de círculos linguísticos diferentes.

Depois de analisar a relação entre os termos Estudos Literários Comparativos, Literatura Geral e «Weltliteratur» (Goethe), Praver apresenta a definição de Literatura Comparada por ele utilizada neste livro: «Um exame de textos literários (incluindo obras de teoria e de crítica literária) em mais do que uma língua, através de uma investigação de contraste, de analogia, proveniência e influência: ou um estudo de relações literárias e de contactos entre dois ou mais grupos de diferentes línguas» (p. 8).

De notar nesta definição, segundo o autor, a sobreposição do critério de diferença linguística ao de fronteira político-cultural, admitindo como comparativo o estudo de obras de autores bilingues ou de regiões multilingues como a Alsácia e a Suíça; a circunscrição do campo especificamente comparatista à análise de factos literários, relegando para outros investigadores os estudos interdisciplinares (artes, ciências); o uso do termo «literatura» no seu sentido mais amplo, i.e., inclusivo da produção literária clássica e popular, de obras maiores e de obras menores.

Demonstrando por fim que a prática comparativa remonta à época do Império Romano, sendo portanto anterior à origem dos termos «Littérature Comparée» e «Comparative Literature» no séc. XIX, e que têm existido várias formas de entendimento destes estudos, S. S. Praver considera como mais correctas e consequentes as correntes baseadas nas convicções de que a comparação internacional é o melhor meio para o entendimento das tradições nacionais (F. Schlegel: «On the study of Greek literature», 1795-6) e de que

nenhum caso literário é único, existindo sempre em relação com outros casos de outras literaturas (M. Arnold: *On the modern element in literature*, 1857).

Procurando demonstrar a aplicabilidade das ideias atrás referidas, S. Praver começa por descrever, no capítulo «National Character and National Literature», o tipo de estudo comparativo que visa comparar e definir tradições nacionais diferentes.

Baseados na construção de «tipos ideais», construídos especialmente a partir de Mme de Staël (*De l'Allemagne*) e de H. Heine (*De l'Allemagne*) e definidos por Max Weber como «grupos de característicos que podem não ser encontrados simultaneamente num caso individual mas que constituem um verdadeiro tipo, uma entidade analítica significativa e unitária» (p. 13), estes estudos podem levar à formação de esteriótipos errados, que cheguem a prejudicar as relações internacionais.

Para evitar isto e para se atingirem resultados mais significativos, o autor propõe um trabalho idêntico ao desenvolvido por Roy Pascal (*The German novel*, Manchester, 1956), por J. P. Stern (*Idylls and realities: Studies in nineteenth century German literature*, London, 1971) e por Tony Tanner (*Saul Bellow*, Edinburg, 1965), que restringiram as suas análises, respectivamente, a um determinado género, época e escritor, substituindo assim as generalizações parciais e intermédias que contemplam diferenças e excepções. Segundo Praver, embora criticados por René Wellek (*Concepts of criticism*, New Haven, 1963) como sendo já da área da psicologia e da história, estes estudos da imagem, tal como foram desenvolvidos por Simon Jeune (*De F. T. Graindorge à A. O. Barnabooth-Les types américains dans le roman et le théâtre français 1861-1917*, Paris, 1963) e por Arturo Barea («Not Spain but Hemingway», in *The literary reputation of Hemingway in Europe*, New York, 1965), contribuem grandemente para revelar ideias erradas acerca de uma nação, resultantes de opiniões expressas por escritores cujas obras tenham sido muito divulgadas.

Na sequência deste tipo de investigação, poderemos encontrar a obra de G. Lukács *The historical novel*, de D. R. Haggis «Scott, Balzac, and the historical novel as social and political analysis: *Waverley* and *Les Chouans*», (in: *The Modern Language Review*, nr. 68, 1973) e também de John Bayley *Pushkin: A comparative commentary* (Cambridge, 1971) que, embora sob pontos de vista diferentes, analisam a forma como determinados acontecimentos históricos e políticos são descritos em obras diferentes, escritas em épocas e em línguas diferentes, revelando por vezes relações entre os pontos de vista de vários autores.

Estes trabalhos são ainda vistos por Praver como pertencentes à área dos estudos de relação («two-way studies») e de recepção («one-way studies») que, representados por Brian Downs, C. L. Waterhouse, Eudo C. Mason e por Philippe Van Tieghem, Horst Opiel, F. W. Stokoe, E. Starkie (p. 26), se centram sobretudo no levantamento dos períodos de maior contacto entre as literaturas de dois países; dos factores culturais, sociais, políticos e económicos que os favoreceram; dos objectos de interesse por parte do público leitor de um país, na literatura do país estrangeiro em causa.

Harry Levin é aqui referido por ter demonstrado a possibilidade de se alargar este tipo de investigação a mais de 2 países («Some European views of

American literature», in *The American writer and the European tradition*, (Minneapolis, 1950).

S. S. Prawer considera o processo de relação emissor-receptor ao nível da literatura internacional como essencial para um entendimento de destinos literários e do papel dos intermediários, por se basear numa dinâmica de desafio-resposta, que provoca alterações não só nas literaturas mas também nas culturas e nas sociedades envolvidas.

É no terceiro capítulo, intitulado «Reception and Communication», que são apresentados outros tipos de pesquisa relacionados necessariamente com os estudos tipológicos apresentados no capítulo anterior mas desenvolvidos ao nível da pessoa do escritor, i.e. do contacto directo de um autor com outro autor ou cultura. Neste âmbito incluem-se, segundo S. Prawer:

— os estudos da correspondência entre dois autores importantes, de nacionalidades e de línguas diferentes (C. E. Norton, *The correspondence between Goethe and Carlyle*, London, 1887);

— o levantamento e a análise de vestígios do contacto de um autor com a literatura estrangeira (J. Boyd: *Goethe's knowledge of English literature*, Oxford, 1932);

— a detecção, na obra de determinado autor, de citações e de alusões a outro autor estrangeiro (S. S. Prawer: *Heine's Shakespeare: A study in contexts*, Oxford, 1970) assim como da presença de partes de outras obras, nas de um autor (Brecht e a transcrição de Villon e de Rimbaud, traduzidos por Karl Klammer);

— o estabelecimento de paralelismos entre obras e autores de nacionalidades e de línguas diferentes;

— a determinação da importância do impulso dado por determinadas obras estrangeiras, no início da actividade de um escritor.

Como exemplos de trabalhos deste género, que ultrapassam a simples catalogação de contactos, são descritos os estudos feitos por Roger Asselineau acerca da obra de E. Hemingway em França; por Friedrich Gundolf acerca da obra de Shakespeare na Alemanha (*Shakespeare und der deutsche Geist*, Berlin, 1911) e, embora não tão aprofundadamente, por T. S. Eliot (*Fram Poe to Valéry*, 1948), Walter Muschg (*Studien zur tragischen Literaturgeschichte*, Bern, 1965) e por Ronald Peacock («T. S. Eliot on Goethe», in: *The discontinuous tradition: Studies in German literature in honour of Ernest Ludwig Stahe*, ed. P. F. Ganz, Oxford, 1971).

Este último autor é aqui referido pelo seu contributo metodológico para os estudos de recepção, ao proceder de acordo com os princípios comparativos enunciados por Donald Fanger:

— conhecimento do autor/autores e da sua cultura, antes de o inserir num contexto mais vasto;

— estabelecimento de uma ligação necessária entre estudos de recepção e estudos de influência.

Relacionados com os estudos de recepção e de relação encontram-se os estudos de intermediários ou, segundo S. S. Prawer, os estudos de comunicações, definidas por Raymond Williams como «as instituições e formas pelas quais as ideias, a informação e as atitudes são transmitidas e recebidas». (R. Williams: *Communications*, Harmondsworth, 1962, p. 9).

Este tipo de pesquisa pode debruçar-se sobre duas formas de comunicação, i.e., a comunicação unívoca («one-way mediation») e a comunicação recíproca («two-way mediation»).

No que se refere à primeira, os que desempenham a função de intermediários podem ser invasores, refugiados e emigrantes; actores ambulantes, meios de comunicação de grande difusão como a rádio e a televisão; representação teatral e cinema; viajantes; diplomatas.

No segundo género incluem-se escritores influenciados por várias tradições e culturas; tradutores; literatos; um cargo desempenhado pela pessoa adequada; uma região e um país multifacetados como a Alsácia e a Suíça; uma empresa ou instituição, especialmente da área da imprensa escrita e falada, que reúne vários escritores e tradições literárias ajudando a estabelecer paralelismos e comparações, assim como a fomentar trocas de influências (periódicos como *Black Orpheus*, *Abbia*, *African Arts/Arts d'Afrique* e *Présence Africaine* para o conhecimento dos processos de fusão das formas literárias africanas com as formas literárias europeias).

Depois de referir a importância do estudo de «comunicações» para a área da sociologia e da história cultural, S. Prawer alerta para certos cuidados a ter no desenvolvimento de um trabalho deste género:

— não generalizar nem sobrevalorizar os processos de mediação anteriores ao séc. XX, menos rápidos e eficazes tal como demonstra Lilian Furst no que se refere a Mme de Staël em *Romanticism in perspective: A comparative study of aspects of the romantic movements in England, France and Germany* (London, 1969, p. 51);

— não menosprezar a importância dos factores históricos, sociais e económicos nos processos de mediação literária;

— reconhecer o contributo das outras artes para a difusão e estímulo de uma literatura no estrangeiro;

— recorrer, quando necessário, ao estudo de casos paradigmáticos de recepção de influências e de fusão com uma determinada tradição (exemplo de George Moore, o qual se pode considerar, segundo Graham Hough em «George Moore and the nineties», in: *Image and experience: Studies in a literary revolution*, London, 1960, pp. 196-7, «um microcosmo completo das influências francesas que nos anos 90 [do séc. XIX] estavam a reformar a literatura inglesa»);

— procurar manter a preocupação pela qualidade (relevância e importância) do objecto de estudo e do material usado.

Refutando críticas como a de Anthony Thorlby, por ex., segundo as quais a pesquisa de «comunicações» é feita sobre manifestações secundárias de obras e de autores, S. Prawer acentua a importância do estudo da «forma como

a literatura passa a história, actua no mundo social ou estabelece e rompe com formas e convenções» e a possibilidade de o fazer, tal como Asselineau, Eliot, Peacock, Hough, Gundolf e Guthke, a partir de um contacto directo com as obras literárias.

A investigação de «influências», directamente relacionada com os estudos até aqui referidos, é apresentada por Praver no quarto capítulo intitulado «Influence, Analogy and Tradition» como sendo a área de maior controvérsia no âmbito dos Estudos Comparativos: defendida por Simon Jeune como essencial («Comparative Literature studies, essentially, the influence authors, or the literatures of different nations have exerted on one another, as well as the diffusion of such influences», in: *Littérature générale et littérature comparée*, Paris, 1968), é considerada por René Wellek como excessivamente positivista («Nobody has ever been able to show that a work of art was 'caused' by another work of art, even though parallels and similarities can be accumulated», in: *Discriminations*, Yale U. P., 1970).

Segundo S. Praver, será necessário, acima de tudo, esclarecer melhor certas questões metodológicas e evitar posições tão radicais.

Assim, o autor refere a teoria de A. Owen Aldridge para quem os estudos de questões de «analogia», «afinidade» e «tradição» deverão constituir a base dos estudos de «influências» (*Comparative Literature: — Matter and method*, Urbana, 1969) e identifica os seguintes tipos de analogias:

— semelhanças devidas, não à existência de contactos ou de influências, mas sim de processos de representação artística ou de contextos sócio-políticos idênticos (James J. Y. Liu: *Elizabethan and yuan: A brief comparison of some conventions in poetic drama*, London, 1955 e H. R. Jauss: «Das Ende der Kunstperiode — Aspekte der literarischen Revolution bei Heine, Hugo und Stendhal», in: *Literaturgeschichte als Provokation*, Frankfurt, 1970);

— semelhanças de imagens usadas por poetas entre os quais nunca existiu qualquer contacto (Gilbert Durand: *Les structures anthropologiques de l'imaginaire: Introduction à l'archétypologie générale*, Grenoble, 1960);

— semelhança de temas num determinado género literário, devidas à identidade das experiências da vida ou dos processos mentais de resposta à realidade; dos estádios de desenvolvimento social das culturas analisadas ou do género literário em causa (Arthur Hatto, ed.: *EOS: An inquiry into the theme of lover's meetings and partings at dawn in poetry*, The Hague, 1965).

Todos estes estudos têm em conta, necessariamente, as tradições nacionais e internacionais das várias literaturas, seja por dependência ou por oposição, os géneros literários e os «topoi», i.e., os lugares — comuns e o conjunto de imagens e de esquemas retóricos. Com a sua obra *Europäische Literatur und lateinisches Mittelalter* (Bern, 1954), E. R. Curtius inaugurou os estudos acerca do surgimento, da manutenção e da variação de vários «topoi».

No que diz respeito aos estudos de «influência» propriamente ditos, S. S. Praver elabora uma tipologia baseada no trabalho de Wolfgang Clemen «Was ist literarischer Einfluss?», in: *Neusprachliche Mitteilungen aus Wissenschaft und Praxis*, III, 1968. Assim temos, no nível mais baixo, o estudo da

imitação directa, umas vezes fiel e outras vezes sujeita a alterações (Shakespeare e Kleist em relação a Plauto; Chaucer em relação à poesia francesa, italiana e latina) — D. Alonso faz uma análise deste tipo em *Poesia Espanhola*. Num segundo estágio, situa-se o estudo da confluência de impulsos de várias literaturas na obra de um poeta, que as funde com as tradições do seu país (K. A. J. Batty: *Rilke and France: A study of poetic development*, Oxford, 1966).

Mais significativos em Literatura Comparada são, segundo Praver, os estudos que têm por objecto os contactos estabelecidos entre as literaturas e também o efeito da cultura do país de exílio, em vários escritores.

Apesar da primazia dada às relações entre literaturas por qualquer estudo literário comparativo, Praver faz notar a importância de uma análise das relações entre literatura e história das ideias.

Por fim, surgem os estudos que dizem respeito à diversidade de impactos causados por um escritor ou obra nos vários escritores e países junto dos quais foram divulgados.

Quanto aos tipos de processos de estímulo ou de influência, C. Guillén distingue entre directos e indirectos, consoante se efectuem entre as próprias obras e escritores ou entre tradições das quais eles serão apenas uma parte; Anna Balakian designa por «influência negativa» o processo de influência que provoca rejeição e que pode surgir ao mesmo tempo e no mesmo autor que o positivo.

Como último reparo e citando J. B. Corstius (*Introduction to the comparative study of literature*, New York, 1968), S. Praver adverte para a diferença entre os termos «influência» e «sucesso»: «The fact that some authors have been, for a longer or shorter period, highly successful outside their own countries does not necessarily imply that they have exerted influence».

Finalmente são dadas indicações para o desenvolvimento adequado da investigação de influências, na esteira dos trabalhos efectuados já por C. Guillén, W. Clemen, A. Balakian, I. Samuel e H. Gifford:

— iniciar os estudos por referências explícitas e entendê-las como partes de um todo específico e próprio do escritor que as faz;

— dar preferência às afinidades expressas pelos próprios escritores, como por exemplo H. James em relação a Turgenev e Pushkin em relação a Byron;

— não sobrevalorizar o processo de influências, considerando-as antes em função da sua importância para o conhecimento de determinado autor ou obra e dando maior ênfase ao processo de libertação do autor relativamente à influência, i.e., à afirmação da originalidade autorial, à inovação e à transformação espontânea.

No capítulo seguinte, Praver demonstra o contributo dado pelo estudo de traduções e de adaptações, canais, por excelência, do intercâmbio de influências.

No âmbito da tradução, deparamos com dois métodos distintos, com origem na tradução da Bíblia e dos clássicos: temos assim a tradução literal que, segundo Schleiermacher, «leaves the author as much alone as is possible and moves the reader towards him» e a tradução idiomática que, ainda segundo Schleiermacher, «leaves the reader as much alone as is possible and moves the author towards him».

RECENSÕES

Combinados adequadamente, estes dois métodos permitirão que determinado leitor ou cultura ultrapasse determinadas barreiras linguísticas e culturais e tomem contacto com a obra, tão original quanto possível, de um autor. Ao comparatista, o estudo das traduções exigirá um bom conhecimento das línguas e das culturas envolvidas na obra traduzida e permitir-lhe-á detectar erros e ambiguidades de tradução. Para além disto, os estudos comparativos podem ainda centrar-se na análise do impacto das traduções e a actividade de tradução na obra de determinados autores, de movimentos ou de géneros literários: em «Arthur Waley and Brecht», (in: *Germain life and letters*, XVII, 1964), Bridgwater traça o percurso de Brecht desde o início da sua actividade lírica dentro da tradição da poesia oriental, passando pela sua conversão política e adopção do verso livre, até à tradução de alguns poemas de Arthur Waley, a qual, tal como reconhece o próprio Brecht, o fez voltar ao estilo inicial; Novalis realça a tendência dos alemães para a tradução e confirma a importância da tradução das últimas obras romanas para a teoria do movimento romântico alemão: A. A. Parker demonstra, em *Literature and the delinquent: the picaresque novel in Spain and Europe 1599-1753* (Edinburg, 1967), que a transformação do romance picaresco na Europa entre o século XVI e XVIII se compreenderá melhor a partir do estudo das alterações feitas por Lesage e por La Geneste, aquando da tradução de alguns destes romances.

Implicada nestes estudos estará a estilística, i.e., a análise de um autor e da tradição literária a que ele pertence, assim como do estilo do tradutor (H. Schulz: *Vom Rhythmus der modernen Lyrik*, Munich, 1970).

O estudo de adaptações e de contra-poemas permitirá ao comparatista obter mais alguns dados para além dos que são fornecidos pelas traduções. Como exemplo, Prawer refere a relação Shelley/Brecht.

O capítulo termina com uma referência à necessária ligação existente entre o trabalho do comparatista e a actividade do tradutor ou adaptador ou, por outras palavras, entre a crítica, a teoria e a história: no prefácio às suas *Fables ancient and modern: Translated into verse from Homer, Ovid, Boccaccio & Chaucer: with original poems* (London, 1700), Dryden considera essencial a tradução de textos de Homero, de Ovídio e de Boccaccio para Inglês, pelo facto de permitir colocá-los ao mesmo nível linguístico de Chaucer e possibilitar assim um estudo comparativo mais exacto do lugar por eles ocupado na história da literatura e da linguística.

Mais desenvolvidos estarão os estudos temáticos que, segundo Prawer, se apresentam sob cinco formas complementares mas diferentes consoante o objecto da investigação:

- a) representação literária da experiência e dos sentimentos humanos, em várias línguas e épocas;
- b) temas recorrentes na literatura e no folclore;
- c) tratamento literário de situações quotidianas e de acontecimentos históricos;
- d) representação literária de tipos sociais ou raciais e dos seus comportamentos;
- e) representação literária de figuras míticas, lendárias, literárias ou históricas.

Os estudos de temas e de motivos podem ser vistos como equivalentes à iconografia em história da arte e permitem-nos essencialmente:

— verificar que tipo de escritor escolhe e trabalha, em épocas diferentes, um determinado tipo de material — estudo de interesse também para a sociologia e para filosofia política;

— analisar e comparar o espírito de diferentes sociedades, épocas e indivíduos — estudo que poderá contribuir grandemente para a história das ideias, área directamente relacionada com a literatura;

— esclarecer aspectos estilísticos e detectar quais os temas normalmente tratados em cada género literário.

R. Trousson (*Le thème de Prométhée dans la littérature européenne*, Geneva, 1964), Kate Hamburger (*Von Sophokles zu Sartre: Griechische Dramenfiguren antik und modern*, Stuttgart, 1962) e John J. White (*Mythology in the modern novel: A study of prefigurative techniques*), por sua vez, são apresentados como representantes do ramo de investigação relativo à análise dos traços humanos constantes e míticos corporizados por várias personagens ou heróis literários.

A origem do estudo comparativo de temas e de figuras reside portanto, segundo Praver, no uso implícito ou explícito feito pelos escritores, de estruturas de acção míticas e de técnicas prefigurativas. Quando feitas com intenções de paródia, como no caso de Max Frisch (*Don Juan or the love of geometry*), de Sartre (*The flies*) e de Joyce (*Ulysses*), estas referências merecem um tratamento mais cuidado. Neste âmbito encontram-se os anti-tipos, personagens apresentadas por um autor como o inverso e por vezes a caricatura de determinadas personagens típicas: como exemplo são citados os versos de W. M. Thackeray acerca da Charlotte de Werther (*The sorrows of Werther*) e a ironia do mesmo autor relativamente ao ideal Richardsoniano, patente no retrato de Amélia em *Vanity fair*.

Face a estes dados o comparatista deverá evitar generalizações excessivas ou a criação de uma imagem falsa ou mal fundamentada dos autores e das obras que estuda e terá que ter em conta, à semelhança de qualquer investigador literário, as variantes individuais por um lado e uma vasta área de relações por outro. Assim, a análise de motivos em cartas e em outros documentos utilitários não publicados, ou de símbolos e sistemas de símbolos (rituais, sonhos, hábitos), será um bom contributo para os estudos comparativos, desde que a individualidade criadora não seja ofuscada pela apresentação geral de um universo cultural.

Porém, isto não obsta a que se possa fazer um estudo literário da integração de determinados temas e motivos na estrutura de algumas obras, a partir de uma perspectiva predominantemente centrada na história das ideias (Harald Weinreich: «Literaturgeschichte eines Weltereignisses: Das Erdbeben in Lissabon», in: *Literatur fuer Leser: Essays und Aufsätze zur Literaturwissenschaft*, Stuttgart, 1971).

No capítulo sétimo deste manual são debatidas questões respeitantes aos estudos de géneros, de movimentos e de períodos.

Os estudos de géneros, largamente reconhecidos pela combinação que lhes é inerente, entre história literária e teoria da literatura, seguem duas direc-

ções diferentes: uma, abstracta, procura elaborar teorias gerais de géneros, a partir da descoberta de semelhanças entre obras específicas; a outra, diferenciadora, orienta-se para a análise das características próprias dos vários géneros em países diferentes mas no mesmo período ou em diferentes escritores e épocas, na teoria e na prática, dentro de um contexto mais amplo ou restrito.

Estes estudos operam em diferentes níveis de generalização e de abstracção, desde a consideração dos géneros como categorias gerais correspondentes a atitudes humanas universais, até à subdivisão destas categorias em variantes sucessivas resultantes de uma evolução histórica, como acontece com a subdivisão da lírica em ode, elegia, soneto, e outros.

A proposta de Praver, na linha da de Wellek e de Warren, é que se combine a perspectiva teórica com a perspectiva histórica e que se complemente o estudo de géneros com a análise de formas menos literárias como o ensaio, o diário, a historiografia, a biografia e a autobiografia.

Para o estudo de movimentos e de períodos literários, Praver considera essencial a noção de «família», i.e., o reconhecimento da existência de características comuns aos movimentos e períodos dos vários países em que estes ocorreram. Além disto, e de acordo com Lilian Furst, René Wellek e Claudio Guillén, faz notar a utilidade de um estudo que relacione os períodos literários com os movimentos que os dominam ou que neles se integram e ambos com outros «modelos descritivos» da realidade, coexistentes num determinado momento histórico (C. Guillén: «Second thoughts on currents and periods», in: *The disciplines of criticism*).

Neste âmbito o autor reconhece a necessidade de se operar a níveis diferentes de abstracção e de generalização. Na sua teoria acerca do Simbolismo, Wellek contempla os seguintes níveis de significação do termo: círculo dos autores que o adoptaram para designar a sua prática poética; outros autores aos quais o termo aplicado; estilo literário desenvolvido em vários países num determinado período histórico; forma universal e intemporal de representar a realidade.

Dada a crescente internacionalização dos movimentos desde fins do séc. XIX, a literatura moderna é particularmente rica para os estudos comparativos. Esta dinâmica chega a ultrapassar as próprias fronteiras da literatura, estabelecendo-se relações entre movimentos e períodos em literatura, nas artes visuais e na música.

Mais uma vez S. S. Praver adverte para dois perigos: por um lado a adopção de uma visão demasiado objectiva típica das ciências naturais, por outro a generalização excessiva e consequente desconhecimento das características específicas dos vários períodos e movimentos em cada país.

A grande vantagem e o grande contributo dos estudos comparativos de períodos reside essencialmente no facto de inserir autores, movimentos e obras no seu contexto histórico e social, permitindo um melhor entendimento de diferenças, relações e tradições e contribuindo para alargar os conhecimentos e as experiências do leitor.

O estudo comparativo de períodos e de movimentos literários leva, inevitavelmente, ao estudo de artificios e de estruturas.

No capítulo oitavo, «Structure and ideas», S. Prawer tenta demonstrar a importância da perspectiva adoptada pelo comparatista ao debruçar-se sobre questões referentes à própria construção da obra artística. No que diz respeito às técnicas narrativas, têm-se desenvolvido estudos acerca da voz do narrador, do ponto de vista e das formas de «interiorização» da ficção através da corrente de consciência ou do discurso indirecto livre, especialmente na literatura moderna e contemporânea. Feitos sob uma perspectiva comparatista, estes estudos permitem compreender determinados escritores a partir da análise de outros e ainda mostrar até que ponto a representação literária pode conter referências simbólicas ou não.

Apesar dos exageros cometidos pela investigação preocupada com a simbologia em literatura, esta constitui um campo importante da Literatura Comparada, englobando os vários géneros e as várias literaturas: um bom exemplo é o trabalho de Walter H. Sokel acerca da figura do pedinte na obra de Flaubert e na de Strindberg (*The writer in extremis: Expressionism in twentieth century German literature*, Stanford, 1969). A propósito deste trabalho é referida a importância dada pela Literatura Comparada à obra literária como todo sistémico e a possibilidade de se elaborarem tipologias das estruturas mais simples ou mais complexas, tal como fez Vladimir Propp para os contos populares, Bloomfield para as fábulas e novelas e Albert Cook, mais aprofundadamente, para as várias estruturas de acção típicas de cada género literário. Neste campo, a literatura serve-se mais uma vez da história, das artes visuais e da música. De notar, acima de tudo, a importância dos contextos e das características específicas que tornam cada obra diferente das que com ela se assemelham estruturalmente. Não menos relevante será, no entanto, a necessária ligação entre o estudo histórico dos fenómenos e a história das ideias. A. O. Lovejoy, em *The great chain of being: A study in the history of ideas* (Cambridge, Mass., 1936) e em *Essays in the history of ideas* (Baltimore, 1948), expõe as semelhanças existentes entre ideias filosóficas e científicas e a sua expressão na literatura ao longo de vários períodos e em função da individualidade de cada escritor.

Na mesma linha de Lovejoy mas sob um ponto de vista sincrónico, Michel Foucault debate, não tanto a evolução das ideias, mas sim as semelhanças estruturas existentes entre as várias ciências e artes em determinado período histórico (*Les mots et les choses*, Paris, 1966; *L'archéologie du savoir*, Paris, 1969).

Segundo Prawer, estas duas orientações dos estudos estruturais devem ser complementares, dando assim resposta à real estratificação da obra literária em formas gramaticais, formas métricas, assuntos e temas e contribuindo para a redescoberta de escritores antigos e modernos, da sua época, dos seus leitores: «The work of the comparatist, like that of every literary scholar, must be directed at once inwards, towards the world in which authors and their readers live, a world whose concern with literature is not exclusive» (p. 142).

No capítulo nono, S. Prawer define «placing» como a justaposição de várias obras, autores e tradições literárias, de forma a esclarecer e situar um conjunto mais ou menos vasto de textos ou de séries de textos.

Este tipo de estudo reveste-se de várias formas, desde as mais simples às mais complexas, nomeadamente: a comparação de um autor com outro para explicação da estrutura dominante na obra de um deles (Donald Fanger: *Dostoevsky and romantic realism*); a análise de uma determinada literatura, com base na comparação com outras tradições literárias e sociedades (James J. Y. Liu: *The Chinese knight errant*, London, 1967); a elaboração de uma escala de tendências ou de movimentos de representação em ficção, constituída por várias obras representativas colocadas em relação e situadas em função umas das outras (N. Frye: *Anatomy of criticism*, p. 49); a análise de diferenças de estilo em várias obras de um mesmo género e com intuítos valorativos de natureza estética e moral (Matthew Arnold: *On translating Homer: Three lectures*, 1861; J. P. Stern: *Re-interpretations: Studies in nineteenth-century German literature*, London, 1964); a análise de diferenças de estilos e de modos mas apenas com a intenção de apresentar tipos contrastantes de escrita ou de pensamento literário e de abordagem críticas deles decorrentes (Philip Rahv: *Literature and the sixth sense*, Boston, 1969; Graham Hough: *The last romantics*, London, 1949); a descrição das obras literárias sob uma perspectiva biográfica e psicológica que atribui as diferenças verificadas ao nível dos modos e das técnicas literárias a diferenças de personalidade dos autores (Leon Edel: *The psychological novel, 1900-1950*, New York, 1955); a análise das obras literárias como manifestações de atitudes características das várias sociedades a que pertencem os autores (Loewenthal: *Literature, popular culture and society*, Englewood Cliffs, New Jersey, 1961; W. H. Bruford: *Germany in the eighteenth century: The social background of the literary revival*, Cambridge, 1935). Esta última vertente dos estudos comparativos teve como pioneiro Georg Lukács e, embora complexa e ainda pouco desenvolvida, é uma das que maior interesse desperta nos críticos, especialmente em França. A este respeito, R. Wellek, A. Warren e Ernst Kohn-Bramsted formularam uma lei que determina ser necessário um conhecimento profundo, não apenas literário, das sociedades, para se conseguir determinar correctamente aquilo que nas obras advém da fantasia, da observação realista e da idiosincrasia do escritor. Tal como realça Robert Minder em *Kultur und Literatur in Deutschland und Frankreich* (Frankfurt, 1962) o facto de haver uma interligação estreita entre a arte e o sistema social não impede qualquer obra de atingir um estatuto universal e intemporal.

No último capítulo deste manual. «Theory and criticism», é demonstrada a importância dos estudos comparativos de teoria e de crítica, representados por René Wellek (*Concepts of criticism*, Yale U. P., 1963) e por Harry Levin (*Concepts of criticism*, Harvard U. P., 1957; *Refractions: Essays in comparative literature*, Oxford U. P., 1966) e sistematizados através do Dicionário Internacional de Termos Literários organizado pela Associação Internacional de Literatura Comparada.

Estes estudos centram-se essencialmente na detecção das alterações de sentido sofridas por termos e por teorias críticas, ao serem referidas, traduzidas e adoptadas por autores ou por críticos de nacionalidades diferentes e também na confrontação de diferentes teorias da literatura (P. Salm: *Three modes of criticism*, Cleveland, 1968; N. Frye: *Anatomy of Criticism*, p. 66).

Para além disto, a crítica comparativa debruça-se ainda sobre o estudo de fontes e da recepção. Significativo será também, segundo Praver, estabelecer comparações entre vários teóricos de épocas e de sociedades diferentes ou traçar a história de uma corrente crítica de longa duração.

Como obras que tocam os diferentes aspectos referidos neste capítulo, Praver menciona os quatro volumes da *History of modern criticism 1750-1950* de René Wellek e a clássica *Teoria dell'avanguardia* (1962) de Renato Poggioli. Embora R. Wellek se situe numa perspectiva diacrónica e Poggioli faça uma análise do tipo sincrónico, ambos os autores coincidem no facto de proporem a elaboração de tipologias críticas que transcendam fronteiras, línguas e sistemas sociais mas que também tenham em conta as diferenças nacionais, ideológicas e sociais. Como exemplo é dada a tipologia elaborada por M. H. Abrams em *The mirror and the lamp: Romantic theory and the critical tradition* (New York, 1953) e as que o próprio R. Wellek utiliza em *Concepts of criticism* e em *Discriminations*.

Outra questão referente aos métodos e interesses do estudo comparativo da teoria e da crítica literárias diz respeito à importância que é dada ao trabalho dos mediadores, à aceitação ou rejeição por eles feita de várias teorias com as quais tomaram contacto e, por sua vez, à recepção que deles foi feita.

S. Praver realça ainda o contributo que pode advir destes estudos para a história da crítica, pelo facto de conseguirem colocar autores e obras no seu lugar, com um forte sentido de proporção e tendo em conta um contexto internacional. Por fim, Claudio Guillén é referido como testemunha das oscilações características da investigação comparativa, que leva o comparatista a conjugar interesses teóricos com interesses críticos, perspectivas englobantes e universais com perspectivas específicas e nacionais.

Em conclusão, S. Praver admite a impossibilidade de, com este manual, ter tocado todos os aspectos relacionados com a Literatura Comparada. No entanto, considera ter abordado as várias relações estabelecidas pelos estudos comparativos e que se resumem, essencialmente, a:

a) estudos de contactos directos ou mediatos, positivos ou negativos entre autores e leitores de várias línguas, tanto em obras literárias, como em material paralelo (cartas, biografias, etc.);

b) estudos de analogias literárias, sociais, culturais e psicológicas para a elaboração de tipologias que ajudem a entender a individualidade do trabalho artístico a partir do conhecimento das tradições e das convenções respectivas.

Finalmente o autor faz notar o facto de a crítica actual tender sempre para estudos comparativos, dado o predomínio cada vez maior e mais necessário de uma perspectiva internacional. Assim, os numerosos exemplos apresentados neste manual seguiram o propósito de demonstrar que a Literatura Comparada não beneficia unicamente de contributos dos comparatistas professos. Isto confirma Albert Béguin em *L'âme romantique et le rêve: Essai sur le Romantisme allemand et la poésie française* (Marseille, 1937), pp. XVIII-XIX.

RECENSÕES

O comparatista terá como tarefa orientar os interessados em literatura:

- mostrando o valor do contributo de cada cultura que conhece;
- explicando o elemento estrangeiro aquando do confronto com outras tradições;
- estudando traduções, melhorando-as e detectando as suas influências, de forma a preservar a boa qualidade da literatura;
- analisando o papel da literatura em várias sociedades;
- traçando a evolução e transformação das ideias e alargando simultaneamente horizontes de experiências e de imaginação mais estreitos;
- contribuindo para o aumento de conhecimentos e de interesses;
- fornecendo elementos para a adopção de uma perspectiva valorizadora das tradições literárias e culturais dos vários países, sem desprezo de qualquer um;
- demonstrando a existência de múltiplas variações ao nível de temas humanos comuns e também a dinâmica de intenções que ultrapassa fronteiras linguísticas, ideológicas, políticas e geográficas.

O fracasso de alguns estudos comparativos deve-se essencialmente, segundo Praver, a erros na escolha do objecto de investigação, a falta de gosto literário, de imaginação histórica ou de sentido da importância dos factos.

O manual termina com a convicção expressa da necessidade cada vez maior dos estudos comparativos.

FLUP, 10 de Maio de 1991

*Ana Maria Assunção Veiga Moreira da Silva **

* Investigadora do I.N.I.C., a trabalhar num projecto de investigação na F.L.U.P. (Estudos Anglisticos).

ROLAND H. BAINTON — *Erasmus da Cristandade*. Prefácio de A. Costa Ramalho, Tradução de Regina S. Costa Ramalho, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1988, 389 pp.

Em 1969 o Prof. Roland Bainton publicou nos Estados Unidos uma obra cativante sobre Erasmo de Roterdão, *Erasmus of Christendom*, que vinte anos depois aparece traduzida para português pela Dr.^a Maria Regina Saraiva da Costa Ramalho.

O trabalho de Bainton insere-se na proliferação de estudos sobre Erasmo a que a década de 1960 deu início. Até 1969, ano em que se inicia a publicação da *Opera Omnia Desiderii Erasmi Roterodami* pela North-Holland Publishing Company, de Amesterdão, a investigação dispunha essencialmente de duas grandes recolhas dos textos erasmianos: a edição *Opera Omnia* de Leclerc, de 1703, em onze tomos reimpressos em fac-simile em 1963, e os doze volumes do *Opus Epistolarum Des. Erasmi Roterodami*, publicados pelo casal Allen entre 1906 e 1958; isto, obviamente, não contando com os nove volumes da edição *Opera Omnia* de Beato Renano, Basileia, 1540, de difícil acesso. Para além disto, havia a edição dos textos poéticos de Erasmo por Cornelis Reedijk (*The Poems of Desiderius Erasmus*, Leida, 1956), os *Erasmi Opuscula*, editados em 1933 por Wallace Ferguson, em Haia, e uma selecção de textos publicados nesse ano por Hajo Holborn com o título de *Ausgewählte Werke*.

A já relativamente antiga — mas também tão pedagógica — biografia de Johan Huizinga, publicada em 1924, reflectia a visão que era possível retirar dos instrumentos de trabalho disponíveis e, no caso das cartas, daquelas que pertenciam ao período pré-Lutero, ou seja, as que os Allen haviam editado à data. Estas circunstâncias favoreceram uma imagem de Erasmo como dominado essencialmente pela questão de Lutero. O perfil que era dado de Erasmo surgia, deste modo, condicionado pelo acontecimento do séc. XVI que mais profundamente marcou a história europeia: Wittemberga, 1517, e suas consequências.

Só que, quando a questão luterana ganha largo impacto, nos anos vinte — com uma amplitude que Erasmo designará de «tragoedia» — já o humanista de Roterdão era um homem maduro, com as principais obras publicadas e difundidas. Equacionar, por conseguinte, a sua biografia e obra em função do problema do *liberum arbitrium* contra o *seruum arbitrium* equivalia a reduzir em quase metade a respectiva apreciação. Mas só em aparência, pois que se a postura de Erasmo no *De libero arbitrio* e a de Lutero no *De seruo arbitrio* se distinguiam, contrastivamente, no plano da metodologia exegética, elas não deixavam de coincidir em aspectos importantes do ideal de Igreja que interes-

savam empenhadamente os homens do séc. XVI, e não só os «humanistas bíblicos» (na expressão de Cornelis Augustijn). Mas o Erasmo que influenciou vários núcleos de espiritualidade na Península Ibérica em tempos de Carlos V — esses núcleos que iriam conhecer os «tiempos recios» de que fala Santa Teresa... — era o do *Enchiridion militis Christiani*, do *Nouum Testamentum*, da *Laus Stultitiae*, da *Paraclesis*, dos mais célebres *Colloquia*. E quando o Erasmo do *De esu carniuum* se divulga na segunda metade dos mesmos anos vinte, já o clima era outro.

Para além disto, Erasmo foi também — e talvez em essência — o humanista, o homem de letras, o editor, comentador e exegeta de textos, o filólogo que trazia para a edição do texto sagrado a problemática das edições dos textos clássicos, enredados nas sucessivas cópias feitas através dos tempos; e ainda o pedagogo, o retórico e o estilista do latim. Por outras palavras, o humanista que, preferindo o entendimento da palavra por parte do cristão à técnica da discussão teológica, defendeu a tradução do texto evangélico para as diversas línguas nacionais. E esta imagem de Erasmo, poderosa entre os seus contemporâneos, projectou-se para os dois séculos seguintes; bastaria evocar a fama dos *Adagia*, mesmo em zonas onde a simples referência ao nome de Erasmo estava proibida.

O livro de Bainton não escapa totalmente à atracção exercida pelo fenómeno luterano nas opiniões elaboradas sobre Erasmo; até porque em 1957 o Autor publicara uma biografia de Lutero, *Here I Stand*. A simples observação da sequência dos capítulos nos revela que a segunda metade do livro agora traduzido está dominada pela pressão a que foi submetido Erasmo na contenda entre Roma e Lutero. Mas Bainton não esqueceu que, apesar do ambiente difícil em que teve de viver nos últimos quinze anos da sua vida, Erasmo não abandonou a actividade de humanista, de homem de letras que editava obras dos grandes Padres e, ao mesmo tempo, se afirmava como um autor moral que escrevia sobre temas de interesse imediato para os seus contemporâneos.

Provavelmente, como alvitra o Prof. Bainton, residiu aqui a razão fundamental para o facto de Erasmo não ter sido objecto de uma consagração junto da opinião pública idêntica à de outras figuras, ainda que menores: é que, por um lado Erasmo não instituiu igreja alguma e, por outro, nem Católicos nem Protestantes se reconheceram claramente nos seus escritos. É o que o Autor nos pretende transmitir no cap. 11, «Uma Voz que Clama no Deserto». Na Europa de Leão X, de Francisco I, de Carlos V, de Henrique VIII e de D. João III — que tentou atrair o «humanista» Erasmo ao reino, mas que era o menos «europeu» desses monarcas —, a parte final da vida de Erasmo dá a imagem de um cristão retirado em si mesmo, comentando alguns Salmos, editando a *De amabili Ecclesiae Concordia*, publicando em 1534 a *Praeparatio ad Mortem* e em 1535, a um ano da morte, os quatro livros desse *Ecclesiastes sive de Ratione Concionandi*, que ao longo de tantos anos o vinha preocupando.

Da biografia de Bainton, como da de outros — como L.-E. Halkin, Jean-Claude Margolin, Margaret Mann Phillips e, mais recentemente, Cornelis Augustijn — emerge uma figura de Erasmo defensor da *concordia* e do consenso. Para o «egocêntrico que ele era» (C. Augustijn), a radicalização dos divergências entre os cristãos do seu tempo ao longo dos anos trinta (entre Lutero

e a Igreja e entre Lutero e os reformadores suíços) constituiu um drama para que não via outra saída que não fosse a *concordia*, na qual os próprios príncipes se deveriam empenhar. Por aí passava, segundo ele, a solução do problema da heresia. Mas é preciso notar, com o Prof. Bainton, que Erasmo não entendeu o consenso sempre do mesmo modo; se no terreno teológico apelou para ele com insistência, nos problemas de incidência ética — e os melhores escritos de Erasmo são aqueles em que adopta a voz do observador de condutas e comportamentos cristãos — foi normalmente mais exigente. Com isso se relaciona a natureza persuasiva do seu discurso em obras tão pedagógicas como o *Enchiridion militis Christiani*. Por isso os seus escritos — particularmente aqueles cuja mensagem se referia às questões de pragmática cristã, no âmbito da *philosophia Christi* — interessaram tanto os seus contemporâneos, apesar de não propor nada de absolutamente inovador nem, consequentemente, de originar formas colectivas de comportamento.

Dizer-se, hoje, com o Prof. Bainton, que Erasmo «era um homem de letras e só isso» (p. 283), no sentido do «cristão culto capaz de alargar os seus interesses tanto quanto fossem compatíveis com as suas obrigações» (p. 284), pode parecer uma afirmação demasiado pacífica ou até por demais evidente. Mas na perspectiva dos primeiros trinta anos do séc. XVI, num mundo em que imperavam muitas das formas de violência herdadas do período medieval — e em que outras eram criadas, a que Erasmo reagiu —, o alcance da afirmação é mais vasto. Permite, pelo menos, avaliar com algum rigor até que ponto Desidério Erasmo incomodou muitos dos homens com quem conviveu e até de quem dependeu; mas também permite perceber um pouco melhor atitudes suas face aos casos de Thomas More e de Lutero.

Ora é no contexto da «Cristandade» que Bainton nos faz ver a vida de Erasmo; não na dimensão geográfica do termo — Erasmo não deu atenção ao significado do «novo mundo» —, mas na de «ecclesia christiana», mais no sentido do indivíduo, que ele sempre foi, do que no da regra religiosa, que sempre recusou.

A presente tradução portuguesa corresponde ao discurso sugestivo e pedagógico do texto original em inglês de Bainton. Não só pela qualidade literária do texto português, mas também pela fidelidade que conseguiu garantir face ao original, como ainda pela cuidada revisão da impressão, tão rara em edições deste género, a tradução agora publicada constitui um trabalho notável.

Permita-se-nos, porém, isolar três pequenos pontos. No corpo da nota 30, na p. 308, encontramos uma remissão bibliográfica que já na edição americana induzia o leitor em erro: o título *Erasme et la musique* é uma obra editada em 1985 em Paris, constituindo o vol. IX da colecção «De Pétrarque [e não «Petrarche»] à Descartes», e não um artigo inserido numa revista com este título.

Já no caso da n. 34, também na p. 308, faltou indicar a página para que remete a nota; trata-se da p. 254 (da edição portuguesa), referente ao passo em que Bainton recorda a opinião de Erasmo sobre a polémica em torno da utilização das línguas vulgares na liturgia, para que os leigos a entendessem.

Finalmente, na p. 347 encontramos a reprodução de uma gravura, com o respectivo comentário; mas está descontextualizada e até pode induzir em erro o leitor, ao sugerir, quase, a continuação da última nota da página anterior.

Não teria sido melhor inserir a gravura no local em que aparece na edição americana, ou seja, na p. 302 da edição portuguesa, por exemplo?

O livro do Prof. Roland Bainton remete-nos para o cenário centro-europeu do séc. XVI. Não evoca, a não ser acidentalmente, o mundo peninsular. Como observa o Prof. Costa Ramalho, no prefácio a esta tradução portuguesa, encontram-se só dois nomes portugueses citados no texto inglês: Damião de Góis, que conheceu Erasmo pessoalmente nos últimos tempos, e Luís de Camões, referido sem relação directa com o humanista. Mas não há que assacar ao Autor culpas por uma ausência que é dos próprios factos. Alguns peninsulares, e entre eles alguns portugueses, relacionaram-se com Erasmo e suscitaram nele apreço e admiração (Vives, Resende, Góis) ou então acrimónia (Estúñiga, Cano). No entanto, Portugal, apesar do peso político de D. João III, apesar do interesse deste em chamar Erasmo ao reino para reforço e grandeza do ensino humanista, estava — como está! — na periferia da área dinamizadora de tudo quanto envolveu a vida e a obra de Desidério Erasmo de Roterdão. Isso não significa — e o Prof. Costa Ramalho sublinha-o com pertinência — que vários círculos portugueses não tivessem lido Erasmo, movidos por preocupações espirituais, por interesses de cultura literária ou por razões de actualização pedagógica. O que se conhece sobre a presença de edições erasmianas em bibliotecas portuguesas e aquilo que ainda se poderá vir a saber aponta para contactos com escritos de Erasmos mais vastos do que se imagina. Será preciso, no entanto, caracterizar os locais, os momentos e os contextos de tais leituras, pois que estas não terão tido todas o mesmo sentido. Nesse quadro, talvez não nos devêssemos suggestionar em excesso pela grande obra de Marcel Bataillon, *Erasme et Espagne*, que significativamente traz como subtítulo «estudos sobre a história espiritual do século XVI». Nem todas as leituras de Erasmo entre nós caberão nesse domínio.

De igual modo devemos evitar a tentação de encontrar «erasmismo» em tudo quanto possa evocar tratamento de lugares-comuns da sensibilidade religiosa e devota dos séculos XIV-XVI. Quando, no final do livro do Prof. Bainton, lemos que «Erasmo chega à máxima coerência consigo próprio, quando, com os místicos medievais, se encontra perante a cruz» (p. 334), estamos perante uma das «verdades» mais lúcidas deste livro, mas estamos de igual modo perante uma observação legitimamente aplicável a muitos outros homens do tempo histórico de Erasmo de Roterdão.

Como anotação conclusiva, aplauda-se a presença de um índice onomástico no final do volume, cuja importância infelizmente nem todos os tradutores levam em consideração.

Jorge A. Osório

PAULO SAMUEL — *A Renascença Portuguesa. Um perfil documental*. Porto, Fundação Eng. António de Almeida, 1990, 397 pp.

O levantamento de textos e documentos a que o A. procede neste volume constitui-se num instrumento de trabalho doravante indispensável para todos os que se interessam pelo estudo da «Renascença Portuguesa», não apenas pela quantidade e pelo rigor da informação aqui reunida, mas sobretudo pelo interesse que decorre do critério de sistematização utilizado e que Paulo Samuel define com apreciável clareza na «Apresentação e Nota Explicativa».

Pretende o A., através da opção por uma determinada sequência documental, configurar «o próprio itinerário do Movimento» (p. 7), partindo dos «manifestos» que precederam a sua fundação e de textos programáticos que corporizam o seu ideário, passando pelas grandes realizações do grupo de acção, para chegar finalmente aos sintomas da sua dissolução, que um complexo conjunto de vicissitudes foi diferindo, sucessivamente, para os primeiros anos da década de 30.

Se é certo que a documentação apresentada é, na sua quase totalidade, a que se encontra disponível nas páginas de *A Águia* e do boletim quinzenal *A Vida Portuguesa* (que Jaime Cortesão proficuamente dirigiu entre Outubro de 1912 e Novembro de 1915), não é menos verdade que da presente concatenação ressaltam, com uma inesperada evidência, as linhas de força que estruturam a manifestação do Movimento.

Na verdade, desde o seu instante *genesíaco* a Renascença Portuguesa surge votada a um destino órfico, que acompanhou os grandes projectos de ressurgimento nacional, vertiginosamente consumidos por uma inelutável autofagia, que conduz dos grandes entusiasmos iniciais ao cortejo das dissensões, dos desfalecimentos e da defecção, através do qual se prolonga, por mais ou menos tempo, o processo da cadaverização.

O mero confronto dos «manifestos» iniciais (dirigidos «ao povo», mas que não chegaram a ser distribuídos...) prenuncia *ab ovo* as profundas divergências que o Movimento tentou momentaneamente superar, sob a capa de um ressurgimento imperioso que a nova República prometia. É possível, desde logo, avaliar o grau de equivocidade em torno do projecto de educação nacional que, se para Pascoaes visava o advento da *Era Lusíada* e motivava uma «associação de indivíduos cheios de esperança e fé na nossa Raça, na sua originalidade profunda, no seu poder criador de uma nova civilização» (p. 13), para Raul Proença era sobretudo «um processo de autoterapêutica» (p. 19) capaz de superar «a nossa incapacidade para resolvermos os problemas *novos* que se

levantam no nosso caminho, porque não se resolvem problemas *novos* com uma mentalidade *antiga*. (p. 18)

Deste modo, o germe da cisão que conduzirá a fundação da *Seara Nova* não precisa de aguardar a polémica de Sérgio vs Pascoaes nas páginas da II série de *A Águia*, porque a «Despedida de Julieta» esteve desde sempre anunciada. Digamos que bastou esperar que se esgotasse a capacidade de mediação de Jaime Cortesão. Por isso, é especialmente feliz a inserção do texto programático de Cortesão logo a seguir aos dois «manifestos», já que nele é visível uma plataforma conciliatória que, a par da insistência na nossa «terrível doença de vontade», admite que a Saudade «bem longe de ser um sentimento mórbido e regressivo, passa a ser o espírito lusitano criador levando a Raça às suas maiores realizações de heroísmo e beleza» (p. 23). Tem no entanto a precaução de acrescentar que «a Renascença Portuguesa não é incompatível com as aspirações modernas e de forma alguma também afasta, e, antes, promoverá no Povo português a parte da boa cultura que a Europa lhe possa trazer».

A esta identificação de heterodoxias em presença, religadas por um projecto ambicioso de intervenção, segue-se a transcrição integral do Estatuto da «Renascença Portuguesa» (Janeiro de 1912) logo reformulado pelo Novo Projecto do Estatuto (Janeiro de 1913). O cotejo dos dois documentos é também de indiscutível importância para a restituição da fase inicial do Movimento, tal como o é a consulta da Lista de Sócios (por volta de 1915), sobretudo no que respeita à preponderância regional que acabará por caracterizar a actuação do grupo do Norte.

A documentação aduzida por Paulo Samuel no capítulo «A Obra da Renascença Portuguesa» oferece-nos o inventário precioso das diferentes realizações no domínio do seu primordial objectivo estatutário: o da acção educativa. E simultaneamente facilita ao leitor a avaliação integrada do peso relativo das diferentes componentes, em especial no que respeita à importância da criação das Universidades Populares (no Porto, em Coimbra, na Póvoa de Varzim e em Vila Real) e ao seu gigantesco esforço editorial.

Para lá do estudo que este vasto conjunto de iniciativas vem suscitando, importa também reler a polémica latente no seio da «Renascença» à luz desta componente pragmática: da estrutura das «Lições Públicas» e dos «Cursos Especiais» e, sobretudo, da estratégia subjacente ao investimento em determinadas áreas do saber. A leitura dos sumários circunstanciados das lições e das palestras é um índice de suma utilidade para a delimitação dos diferentes posicionamentos existentes no interior deste movimento. De igual modo, o levantamento exaustivo do programa editorial da «Renascença Portuguesa», que ultrapassa as duas centenas de títulos, revela-se um documento de importância decisiva, por exemplo, no que respeita à orientação subjacente às diferentes *coleções*: da «Biblioteca Lusitana», dirigida por Alfredo Coelho de Magalhães e Jaime Cortesão, à «Biblioteca de Educação», dirigida por António Sérgio há todo um percurso de diferentes opções que urge estudar.

Na prossecução do plano que inicialmente assinalou, Paulo Samuel consagra o capítulo central deste perfil às polémicas que eclodiram dentro da «Renascença Portuguesa». A compilação dos documentos é antecedida por uma

RECENSÕES

caracterização breve, mas rigorosa, do contexto dos debates e o leitor tem, aqui, a oportunidade de encontrar pela primeira vez organizada a polémica que opôs António Sérgio a Jaime Cortesão nas páginas de *A Vida Portuguesa*. Trata-se, efectivamente, de um debate menos conhecido, muitas vezes ofuscado pela polémica Sérgio vs Pascoaes, mas que revela uma importância considerável e que assenta em posicionamentos não menos extremados.

De considerável utilidade é ainda a inclusão, neste perfil, dos índices de autores, de ilustrações e temático (CDU) de *A Águia* e de *A Vida Portuguesa*. Mas é o «Postácio», que se encontra no final do volume, que traz o texto ensaístico que o leitor aguarda desde início. Avulta aí um profundo conhecimento dos diferentes aspectos desta problemática que se corporiza em preciosa carga de informação, a qual, de resto, se difunde por todo o volume através de abundantes notas de pé de página. Mas é sobretudo estimulante o esforço de interpretação e de síntese sobre a documentação compilada. A aproximação a essa «razão subterrânea» (na expressão do Visconde de Vila Moura) de que a «Renascença» fez a sua força é, em Paulo Samuel, de uma grande contenção, a despeito da proximidade a que naturalmente se encontra do seu objecto de análise. Aí se encontra mais uma razão para o carácter obrigatório que inicialmente apontámos a este perfil documental.

Américo Oliveira Santos